

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Bruno Maurício Fernandes da Silva

O papel da Instituições do Terceiro Setor na coesão
social: aplicação ao concelho de Arcos de Valdevez



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Bruno Maurício Fernandes da Silva

O papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social: aplicação ao concelho de Arcos de Valdevez

Dissertação do Mestrado
para obtenção de grau de Mestre em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

julho de 2020

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Orlando Petiz Pereira, pela orientação nesta dissertação de mestrado, a sabedoria e ensinamentos transmitidos foram essenciais para a sua realização, e a disponibilidade e simpatia com que sempre me recebeu são de louvar.

Aos meus amigos, que direta e indiretamente transmitiram apoio fundamental que me permitiu concluir este trabalho.

À minha família, que foram o principal pilar na concretização do meu percurso académico.

Um obrigado a todos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social: aplicação ao concelho de Arcos de Valdevez

Resumo

Apesar de todos os avanços alcançados pelas sociedades contemporâneas nas últimas décadas na procura de uma vida mais digna para o coletivo, a verdade é que a realidade ainda é pautada por várias desigualdades a nível social. Para que exista um combate efetivo contra os problemas económicos, demográficos, ambientais, educacionais e sociais é necessária a existência de coesão social. Só assim estas adversidades poderão ser ultrapassadas sem que ninguém fique para trás. Tendo isso em conta, a Economia Social pode-se revelar fundamental, com os valores e princípios que caracterizam as instituições que atuam no seu seio a convergirem para a formação de sociedades e comunidades mais coesas e inclusivas. Nesse sentido, o nosso estudo pretendia perceber qual o papel que as Instituições do Terceiro Setor têm na promoção da coesão social no concelho de residência do autor, o município de Arcos de Valdevez. Inseridas neste campo, estão as: Associações, Cooperativas, Fundações, Misericórdias, Mutualidades, IPSS's e ONGs. Para isso, a metodologia utilizada foi uma de abordagem mista, sendo usado um questionário com uma secção quantitativa e outra qualitativa. A população-alvo, e respetiva amostra, consistiu de antigo e atuais residentes do referido concelho. Os resultados confirmaram a perceção positiva que os respondentes têm sobre estas entidades, tanto ao nível do seu funcionamento, como à importância que estas demonstram no fomento de valores como a solidariedade, cooperação, inclusão, e ainda à relevância que dispõe no campo económico e do desenvolvimento local, essenciais para a criação de uma sociedade coesa.

Palavras-chave: Coesão Social; Economia Social; Terceiro Setor.

The role of Third Sector Institutions in social cohesion: application to the municipality of Arcos de Valdevez

Abstract

Despite all the advances achieved by contemporary societies in the last decades in search of a more dignified life for the collective, the truth is that several social inequalities are still evident in our reality. For there to be an effective fight against economic, demographic, environmental, educational, and social problems, the existence of social cohesion is a necessity. Only this way can the adversities be overcome without anyone being left behind. Bearing this in mind, the Third Sector can prove to be essential, with the values and principles that characterize the institutions that work within it, converging towards the formation of more cohesive and inclusive societies and communities. Thus, our study aimed to understand what role the Third Sector organizations have in promoting social cohesion in the municipality of the author's residence, Arcos de Valdevez. Included in this field are: Associations, Cooperatives, Foundations, Misericórdias, Mutualities, IPSS's and NGOs. For that, the methodology used was one of mixed methods, being used a questionnaire with a quantitative and a qualitative section. The target population, and respective sample, consisted of former and current residents of Arcos de Valdevez. The results confirmed the positive perception that respondents have about these organizations, both in terms of their functioning, as well as the importance they demonstrate in fostering values such as solidarity, cooperation, inclusion, and also the relevance it has in the economic and local development, essential for the creation of a cohesive society.

Keywords: Social Cohesion, Social Economy, Third Sector.

Índice

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
Agradecimentos.....	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice de Tabelas	ix
Índice de Gráficos.....	ix
Lista de Siglas e Abreviaturas	x
1. Introdução	11
1.1. Justificação do Tema	11
1.2. Questão de Partida	11
1.3. Objetivos da Investigação	12
1.4. Organização do Trabalho e Percorso Metodológico.....	13
2. Revisão da Literatura	14
2.1. Introdução.....	14
2.2. Terceiro Setor: âmbito conceptual.....	15
2.3. A Economia Social em Portugal	18
2.4. O Empreendedorismo Social.....	21
2.5. A Sustentabilidade das Instituições do Terceiro Setor.....	24
2.6. As Fontes de Financiamento das Instituições do Terceiro Setor	26
2.7. A importância do Voluntariado	29
2.8. Coesão Social.....	33
2.9. Conclusão.....	34
3. Metodologia	36
3.1. Introdução.....	36
3.2. Método de investigação.....	36

3.2.1. Técnica de recolha dos dados.....	37
3.3. População e Amostra	39
3.4. Conclusão.....	39
4. Trabalho Empírico	40
4.1. Introdução.....	40
4.2. Contextualização e caracterização geográfica e demográfica	40
4.3. Caracterização da Amostra.....	42
4.4. Apresentação e Análise dos Dados.....	44
4.4.1. Dados quantitativos.....	44
4.4.1.1. Funcionamento das Instituições do Terceiro Setor.....	44
4.4.1.2. Importância das Instituições do Terceiro Setor para a comunidade.....	47
4.4.2. Dados qualitativos.....	53
4.5. Discussão dos Resultados	56
4.6. Conclusão.....	58
5. Conclusão Final.....	59
6. Bibliografia.....	61
7. Anexos.....	68
7.1. E-mail enviado à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.....	68
7.2. E-mail enviado aos alunos da UMinho	68
7.3. Partilha no Feed de Notícias do Facebook.....	69
7.4. Questionário.....	70

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Relevância do Terceiro Setor para vários domínios	17
Tabela 2 – As Entidades da Economia Social em Portugal	19
Tabela 3 – Benefícios do voluntariado para o praticante	30
Tabela 4 – Índice de envelhecimento segundo os últimos Censos (2001, 2011)	42
Tabela 5 – Caracterização da Amostra	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Origem do Financiamento das Instituições do Terceiro Setor	27
Gráfico 2 – Suficiência de ITS em Arcos de Valdevez	53

Lista de Siglas e Abreviaturas

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CNES – Conselho Nacional de Economia Social

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

EU – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IES – Instituto de Empreendedorismo Social

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ITS – Instituição do Terceiro Setor

ITV – Inquérito ao Trabalho Voluntário

ONG – Organização Não Governamental

VAB – Valor acrescentado bruto

1. Introdução

1.1. Justificação do Tema

O tema em questão reveste-se de importância para nós. Através dele é nosso desejo refletir sobre as Instituições do Terceiro Setor, que utilizaremos como proxy da Economia Social, e ver o seu impacto socioeconómico na minha área de residência: o concelho de Arcos de Valdevez.

As instituições do setor de vocação social têm mais preponderância na sociedade atual devido ao avolumar das carências económicas e à incapacidade da sua solução por parte dos agentes económicos mais vulneráveis. Tais instituições ajudam a construir um mundo mais pacífico e convergente para objetivos comuns, permitindo um bom funcionamento da sociedade civil.

Qualquer estudo que seja feito acerca deste setor alertará ainda mais para a sua importância e no papel que tem na proteção aos mais carenciados, daí que estes sejam sempre bem-vindos.

1.2. Questão de Partida

No presente século, é visível a grande preponderância que a Economia Social ganhou em Portugal, em que muitas vezes vem substituir o Estado em algumas das suas funções, como é o caso da ajuda às famílias mais carenciadas, aos jovens em risco e aos idosos, especialmente aqueles com tendência para se encontrarem mais isolados. A importância do apoio emocional que é prestado aos mais necessitados não pode ser ignorado, tendo em conta o quanto contribui para o sentimento de inclusão. Por isso, a nossa interrogação de partida para este trabalho é: Qual o papel das Instituições do Terceiro Setor (ITS) na contribuição para a coesão social do concelho de Arcos de Valdevez?

Para além da relevância que terá no bem-estar dos seus utentes, tentaremos também perceber o impacto que tem no desenvolvimento local com a criação de emprego, visto que, altas taxas de desemprego podem ser uma ameaça à coesão social. Tendo isso em conta, este setor pode ser um importante empregador no mercado de trabalho, tendo capacidade para empregar pessoas de várias multitudes de áreas de formação, ajudando a combater as cada vez maiores taxas de desemprego presentes nestas regiões não metropolitanas.

1.3. Objetivos da Investigação

Partindo da questão de partida, os nossos objetivos específicos são:

1. Identificar a perceção dos utentes das Instituições do Terceiro Setor de Arcos de Valdevez, sobre o seu funcionamento;
2. perceber o impacto económico-social que as Instituições do Terceiro Setor têm sobre os residentes do concelho de Arcos de Valdevez;
3. projetar a influência das Instituições do Terceiro Setor no desenvolvimento do concelho;
4. captar e interpretar a visão que a população de Arcos de Valdevez tem perante as Instituições do Terceiro Setor.

Para além das questões que se debruçam sobre a vida presente das instituições, é nosso desejo também perceber o seu passado. Desta forma, pretendemos entender suas missões e seus objetivos ao longo da sua existência para verificar se existe preocupação por parte das instituições em adaptar-se às realidades económico-sociais. Simultaneamente, pretende-se refletir sobre o seu financiamento. Elas são financiadas de maneiras diferentes das empresas com fins lucrativos e, por isso, é necessário encontrar novas maneiras de se financiarem de modo a nunca deixarem de ter os recursos necessários para cumprirem a sua missão social.

Derradeiramente, também se pretende perceber os esforços que necessitam de albergar para se manterem sustentáveis, não só numa ótica financeira, como numa visão de manutenção no caminho certo que leve à concretização da sua missão social, em que evidentemente, é indispensável a existência de recursos para financiar os equipamentos e a mão-de-obra.

Com a revisão desses conceitos, será possível ter uma melhor noção de como estas instituições se poderão adaptar aos restringimentos e às dificuldades que surgem ao longo da duração da sua vida, que se espera que seja duradoura, e para que possam combater da maneira mais eficiente e mais eficaz os problemas que inevitavelmente surgirão, para que elas próprias possam, assim, continuar a ajudar os mais necessitados a combater os seus problemas, numa batalha conjunta que envolve toda a sociedade civil.

1.4. Organização do Trabalho e Percurso Metodológico

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no segundo item faz-se uma revisão da literatura. Enquadrar o tema, apresentar os conceitos e diferenciar a economia social do terceiro setor. Também se reflete sobre a subida de interesse na prática do voluntariado, tal como nos benefícios para quem o pratica e na caracterização do que é o empreendedorismo social e, incidentemente, o empreendedor social. No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia a utilizar na elaboração da presente dissertação. Optámos por uma abordagem quantitativa e qualitativa realizando questionários com perguntas abertas e fechadas, na procura de melhor chegarmos aos nossos objetivos de ficar a conhecer qual o verdadeiro impacto que as instituições deste tipo tem na coesão social da região. No item seguinte, apresentamos e discutimos os resultados, a que se seguirá a conclusão, juntamente com as limitações presenciadas na realização do trabalho e apresentação das referências bibliográficas. Por último, os anexos, onde se poderá encontrar o questionário realizado.

2. Revisão da Literatura

2.1. Introdução

O objetivo do presente capítulo é de estabelecer a base do nosso trabalho, com a revisão da literatura de conceitos relacionados e inerentes ao Terceiro Setor e à Economia Social.

Os termos de “Terceiro Setor” e “Economia Social”, são dois com várias semelhanças, sendo que são muitas vezes usados de forma indiferenciada. A verdade é que as suas grandes diferenças provém da sua origem, com o primeiro a ter uma origem anglo-saxónica e o segundo, francófona (Vieira, Parente & Barbosa, 2017).

É, por isso, possível fazer uma distinção no desenvolvimento inicial de ambos, com a expressão “Third Sector” a ser utilizada pela primeira vez, em 1972, por Amitai Etzioni, num artigo intitulado de “The Untapped Potential of the ‘Third Sector’”, na revista *Business and Society Review* nos Estados Unidos da América (Alves, 2002, p.1). Por sua vez, a expressão “Economia Social”, data do século XIX, tornando-se conhecida quando Charles Dunoyer publicou, em 1830, o artigo “Nouveau traité d’économie sociale”, na França (Poirier, 2014, p.5).

Nos EUA, assistiu-se à proliferação do Terceiro Setor, após a Segunda Guerra Mundial, devido, sobretudo, ao programa “Grande Sociedade”, adotado pelo presidente na altura, Lyndon B. Johnson, em 1964, com o aumento do financiamento das organizações sem fins lucrativos por parte do Estado, numa altura em que estas estavam a sentir um aumento da sua importância na prestação dos serviços sociais à população (Anheier, 2005).

No que diz respeito à Economia Social, esta já se fazia notar no século XVIII, na Europa, remontando “às práticas de solidariedade interclassistas enquanto reacção às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos” do mesmo século (Caeiro, 2008, p.62). No entanto, ganhou maior importância com a crise do Estado Social na década de 1970, e com o “crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista” (Caeiro, 2008, p.63).

Depois desta nota introdutória para distinguir os dois conceitos, iremos de seguida aprofundar mais cada um deles, a que seguirá, também, a caracterização dos conceitos de empreendedorismo social e voluntariado, tentando perceber como se relacionam e que impacto tem no Terceiro Setor.

2.2. Terceiro Setor: âmbito conceptual

Atualmente é possível afirmar-se que existem três setores – o primeiro setor, usualmente chamado de setor público, o segundo setor, mais conhecido como o setor privado ou o “mercado”, constituído por empresas privadas que lutam entre si pelo lucro e, finalmente, o terceiro setor, que segundo Rapaz (2015, p.54), não tem âmbito lucrativo, não se enquadra na esfera do primeiro setor, encontra-se em várias áreas de intervenção civil e tem como principal missão o auxílio dos mais desfavorecidos, tal como melhorar as condições de vida da sociedade em geral. Este setor abrange diferentes tipos de organizações, que entre si diferem muito de uma para outra, seja pela maneira como foram fundadas, pela maneira como são financiadas ou até mesmo pelas suas funções (Osborne, 2008, p.12). Não obstante, há certas características sempre presentes nestas instituições, elas são identificadas como sendo criadas por iniciativa privada, são formais, não distribuem o lucro (este é reinvestido na missão da organização), são voluntárias, de participação democrática e autogovernadas, sendo que, segundo Cruz (2015, p.7), estas são regidas pelo “pluralismo, o voluntarismo, o altruísmo, a cooperação, a reciprocidade e a solidariedade”. Essas características, conforme dito por Barros (2015, como citado em Vaz, 2017, p.25), são explicadas da seguinte forma:

- *Formais*: devem ser formais e organizadas, pois alguma forma de institucionalização, legal ou não, com certo nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a permanência por um período de tempo e para que possam beneficiar de isenções;
- *Privadas*: no sentido em que se distinguem institucionalmente do Estado;
- *Não distribuidoras de lucro*: o lucro gerado é aplicado nas atividades que a entidade desenvolve. As entidades não podem distribuir quaisquer excedentes, gerados de qualquer forma, aos seus dirigentes e colaboradores;
- *Autogovernadas*: Não são controladas externamente, possuindo todos os meios para realizar sua própria gestão;
- *Voluntárias*: grau significativo do trabalho das organizações provém da mão-de-obra voluntária não remunerada.

O estudo do Terceiro Setor enquanto conceito tem aumentado nas últimas décadas, Bidet (2006, como citado em Ramos, 2012, p.5) refere que embora já existissem raízes do conceito de terceiro setor há mais de cem anos, só a partir da década de 1980, é que os pensadores científicos começaram a focar-se no estudo das organizações não lucrativas e do seu contributo para a economia, de facto,

como Ramos (2012, p.5) declara, “o Terceiro Setor tem atraído as atenções, das classes científicas e políticas europeias, como um modelo de governação inserido no *Welfare State*”, e por isso, a “UE tem vindo a adotar um papel mais ativo no desenvolvimento de políticas sociais, nomeadamente na promoção de políticas e estratégias direcionadas para as organizações do Terceiro Setor”.

Este papel da União Europeia acaba mesmo por ser essencial, visto que, as organizações do terceiro setor são elegíveis de receber financiamento por parte da UE. Geralmente, este tipo de financiamento é realizado por meio de subvenções de ação ou funcionamento. A primeira é efetuada por meio de reembolso das despesas realizadas pela organização no decorrer do período acordado. Já na subvenção de funcionamento o subsídio é direto, no entanto, é ressalvado pela União Europeia (2015) que é exigido que a organização “prossiga um fim de interesse geral da União ou um objetivo que se inscreva no quadro de uma política da União e que a apoie”. Além disso, é de reparar que o “nível da subvenção não se baseia em projetos individuais, mas sim numa análise da dimensão e do âmbito das atividades da organização, do seu programa de trabalho anual, da sua compatibilidade com as prioridades das políticas da União” (União Europeia, 2015, p.20). A UE procura sempre garantir que as organizações têm existência formal ou institucional, que são independentes do governo ou outras autoridades públicas, que os seus gestores gerem a organização sem esperar ganhos pessoais, e que a sua atividade contribua para o bem-estar geral da população. Importa ressaltar que as Instituições do Terceiro Setor financiadas pela União Europeia que tem objetivos humanitários, sociais ou ambientais beneficiam cinco vezes mais do que aquelas nas áreas da indústria, da sociedade civil, ou da pesquisa.

Importa referir que a relevância do Terceiro Setor não se cinge apenas ao aspeto da assistência social. Podemos observar na tabela seguinte que este intervém e contribui para variados domínios diferentes.

Tabela 1 – Relevância do Terceiro Setor para vários domínios

Domínio	Contribuição
Económico	Produz bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica e as empresas sociais dinamizam novas áreas de atividade, novos produtos, novos mercados, em resposta a necessidades sociais não satisfeitas pelos setores público ou privado lucrativo.
Empregabilidade	Apresenta-se como um setor empregador, um setor com potencial de criação de emprego, com algumas das suas organizações a se dedicarem à formação e à inserção socioprofissional, designadamente de públicos desfavorecidos.
Inclusão Social	Reação ao agravamento de problemas de pobreza e exclusão social e criação de novas respostas à satisfação de necessidades sociais, mas também novas soluções institucionais que corporizam formas de organização económica mais plurais, democráticas e participativas e que recusam a divisão entre a economia e o social.
Desenvolvimento Local	Contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento local pode ser direta, no caso das organizações cujo objeto de atividade é o próprio desenvolvimento, mas fundamentalmente, é pela reunião das suas características que a sua ação converge para este sentido.

Fonte: Elaboração própria com base em Quintão (2004, pp.11,12)

A intervenção nestes domínios tem como consequência um aumento na importância do Terceiro Setor, fazendo com que este tenha fortes implicações para a criação e sustentação da sociedade civil, a prestação eficaz e eficiente de serviços públicos (que não são prestados pelo Estado), o desenvolvimento de empresas sociais, a promoção de inclusão social e regeneração de comunidades privadas de certos serviços e condições de bem-estar, e uma vital contribuição para a cultura democrática e a responsabilização (Accountability) (Osborne, 2008, p.3).

Para finalizar, caracterizando as instituições que atuam no terceiro setor, Drucker (1997, como citado em Pereira, 2009, p.6) faz um excelente trabalho em distingui-las daquelas que atuam no Segundo Setor, as empresas lucrativas, tal como do próprio Estado referindo que:

uma empresa lucrativa cumpre a sua tarefa quando o cliente compra o produto, paga-o e fica satisfeito com ele; um governo cumpre a sua função quando tem uma política eficaz e efetiva. A organização sem fins lucrativos não fornece bens ou serviços nem controla; o seu produto não é um par de sapatos, nem uma regulamentação efetiva, mas um ser humano modificado. Estas organizações são agentes da evolução humana e o seu produto é um doente curado, um menino

que aprende, um rapaz ou rapariga transformado num adulto que se respeita a si mesmo, uma vida humana inteiramente mudada. As instituições sem fins lucrativos existem pela sua missão, existem para mudar a sociedade e a vida dos indivíduos, e isto não deve esquecer-se nunca.

2.3. A Economia Social em Portugal

Não é fácil explicar o trajeto da Economia Social em Portugal naquilo que é a sua história. Se por um lado é possível identificar o seu florescimento no século XIX, por outro é difícil ter noção dos seus contornos durante os anos do salazarismo, devido, precisamente, ao controlo e repressão que perduravam. Importa, no entanto, referir, que todos os dados existentes remetem o início da tradição da economia social em Portugal para o séc. XII, com exemplos como “mercearias, as confrarias leigas e eclesiásticas, as bolsas de comércio, as companhias das naus, as mútuas de gado, os celeiros comuns, as casas de misericórdia, os grémios, os montepios (casas de penhoras), a casa dos vinte e quatro”, tal como, “conjunto de iniciativas mútuas, associativas e cooperativas do século XIX” (Estivill, 2017, p.21).

No entanto, em Portugal, o conceito de Economia Social só começou a ser verbalizado a partir da década de 1980. Notou-se isso nos académicos com o número de teses, artigos, publicações e pesquisas a aumentarem substancialmente. É também possível notar isso na divulgação na comunicação social e na criação de plataformas e redes para a sua defesa de interesses e representação, como a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e o Conselho Nacional de Economia Social (CNES) (Estivill, 2017).

Durante muito tempo foi difícil definir o que era concretamente a Economia Social em Portugal, e qual o espaço que ela ocupava. Por isso, a Lei de Bases da Economia Social, publicada no dia 08 de maio de 2013, que definiu as bases gerais do regime jurídico da Economia Social, tal como as medidas de incentivo à sua atividade, foi uma mais-valia para a sua definição. O artigo 4º da lei define quais as entidades que dela fazem parte. Elas são as seguintes:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;

- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social (Lei de Bases Economia Social, 2013).

Tabela 2 – As Entidades da Economia Social em Portugal

Entidade	Definição
Associações	Uma associação é uma pessoa coletiva composta por pessoas singulares e/ou coletivas, sem finalidades lucrativas, agrupadas em torno de objetivos e necessidades comuns. Têm número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida.
Cooperativas	As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreaajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.
Fundações	As fundações são pessoas coletivas sem fins lucrativos criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas jurídicas (instituidores ou fundadores) com a finalidade de gerir uma massa patrimonial, não inferior ao valor de 250.000€ ou, caso o património seja inferior a este valor, os fundadores terão de demonstrar a respetiva suficiência para prosseguir o fim da fundação (ou as formas de suprir a insuficiência), sob pena de o reconhecimento ser negado.
Misericórdias	As Misericórdias têm a sua identidade intimamente ligada à igreja católica e por isso essas instituições regem-se pelo direito civil, mas e também pelo direito canónico. O apoio prestado à comunidade pelas irmandades assenta essencialmente em respostas sociais para crianças, idosos, e pessoas portadoras de deficiência etc., e saúde, através de ERPIS, hospitais, clínicas, cuidados continuados, entre outros. Desenvolvem também um importante trabalho na área do Património.
Mutualidades	O Mutualismo, com mais de 700 anos de história em Portugal, é um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo dos seus membros, que participam na definição da sua autoproteção, assente numa solidariedade responsável e livre. Ao juntarem-se a outros para “mutualizarem” os riscos, os mutualistas repartem os custos de forma equitativa. As Associações Mutualistas, formas de organização económica da sociedade civil em que os associados são parte ativa e democrática, através de serviços e respostas mutualistas das mais diversas índoles, complementam e colmatam as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos e empenham-se todos os dias no desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades dos cidadãos e das famílias, promovendo a inclusão social.

Continua na página seguinte

Entidade	Definição
IPSS's	São IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. Os objetivos das IPSS concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades.
ONGs	As entidades da economia social podem assumir também o estatuto de ONG – pessoas coletivas de direito privado, sem finalidades lucrativas – em função de objetivos e méritos específicos.
Pessoas Coletivas de Utilidade Pública	São pessoas coletivas de utilidade pública as associações, fundações ou cooperativas que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local, em termos de merecerem da parte desta Administração a declaração de utilidade pública.

Fonte: Elaboração própria com definições retiradas de www.cases.pt

O Artigo 5º da mesma Lei também é de grande utilidade no contributo para a definição do que é a Economia Social, dado que, indica os princípios pelos quais estas entidades se regem. Os quais passamos a transcrever:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada (Lei de Bases Economia Social, 2013).

De facto, estes princípios dão-nos a perceber os objetivos das instituições que atuam no meio da economia social, ou seja, que acima de tudo, estas privilegiam o aspeto social e o bem-estar daqueles que por maior ou menor necessidade recorrem aos seus serviços.

Sobre esta Lei de Bases, Garrido (2017, p.6) afirma que apesar desta não encerrar “o debate doutrinário sobre a natureza e as singularidades da Economia Social”, conseguiu, pelo menos, fixar “com invulgar consenso e apreciável solidez, um discurso jurídico claro e estimulante para a dinâmica das organizações e para a afirmação do seu código ético”. Podemos, portanto, afirmar, que atualmente já há um conceito muito mais preciso e exato do que é a Economia Social. Namorado (2017, p.1), declara que é um espaço socioeconómico, um conjunto de organizações com um leque de práticas bem específicas à sua natureza.

2.4. O Empreendedorismo Social

A expressão de *Empreendedorismo Social* surge nas décadas de 1980 e 1990, como resposta a emergentes necessidades sociais e situando-se num campo híbrido entre o Primeiro Setor (Estado), o Segundo Setor (Mercado) e o Terceiro Setor (Social), interligando-se profundamente com o último (Parente et al., 2014, p.12).

Até final da década de 1990 este tópico estava praticamente ausente da pesquisa académica, mas desde aí tem-se tornado numa importante área de pesquisa com o número de artigos e livros dedicados ao assunto a aumentarem exponencialmente (Huybrechts, 2012, p.1). Dacin et al. (2010, pp.39,40,41) enumeram 37 definições de empreendedorismo social. Isto porque, ainda não existe uma definição consensual entre os vários autores, diversas definições do que é empreendedorismo social podem ser encontradas na literatura. Ainda há um debate intenso sobre a sua conceptualização e de quais são as suas principais características. Se não há dúvidas do impacto que este tem na sociedade atual, a verdade é que ainda falta uma base de dados estatística que permita medir o seu impacto (Cunha & Benneworth, 2014).

Dos vários autores que deram o seu contributo para a definição de empreendedorismo social, sublinhamos os seguintes:

- Jackson & Harrison (2011), definem empreendedorismo social como sendo o esforço de indivíduos e organizações altamente motivados para resolver problemas económicos e sociais

em benefício da sociedade em geral, através do uso de métodos de negócios e estratégias inovadoras.

- Já para Witkamp, Raven & Royakkers (2011, p.2), empreendedorismo social é um novo modelo de negócio que combina um objetivo social com uma mentalidade de negócios e é visto como uma nova maneira importante de criar valor social, como sustentabilidade.
- Por último, Yunus (2010) afirma que o empreendedorismo social refere-se a uma pessoa. Descreve uma iniciativa de consequências sociais criada por um empreendedor com visão social. Esta iniciativa pode ser uma iniciativa não económica, uma iniciativa de caridade ou uma iniciativa comercial com ou sem fins lucrativos.

Podemos constatar então, que genericamente, o objetivo primordial do empreendedorismo social não é o lucro monetário. O seu principal objetivo é resolver problemas do foro social com processos próprios de empresas como a venda de produtos ou serviços, e produção (Silva, 2013).

Quanto ao que distingue um empreendedor social, é o facto deste possuir características deveras peculiares se comparados com aqueles que o derradeiro objetivo é criar valor monetário. O seu trabalho é em prol da comunidade e do desenvolvimento local. Dees (1998), um pioneiro no estudo científico do empreendedorismo social, faz uma excelente análise no seu artigo intitulado “The Meaning of “Social Entrepreneurship””. O autor refere que, para se ser um empreendedor social de sucesso devemos considerar que as seguintes características devem estar asseguradas:

Capacidade para serem agentes de mudança no setor social: Empreendedores sociais são reformistas sempre com uma missão social em mente. Eles fazem mudanças fundamentais na maneira como as coisas são feitas, procurando criar mudanças sistemáticas e melhorias que se mantenham. Ainda que possam agir localmente, as suas ações tem o potencial de estimular melhorias ao nível global nas áreas escolhidas, sejam elas a educação, a saúde, o desenvolvimento económico, o meio-ambiente, o mundo das artes e culturas, ou qualquer outro campo social.

Adoção de uma missão para criar e manter valor social: Isto é o que verdadeiramente distingue os empreendedores sociais dos restantes empreendedores. Para um empreendedor social, o impacto social é fundamental. Esta é uma missão de melhoria ao nível social que não pode ser apenas reduzida a criar

benefícios privados, como retornos financeiros para indivíduos. Lucrar, criar riqueza ou atender aos desejos dos clientes podem fazer parte do modelo, mas esses são meios para um fim social, não o fim em si. O lucro não é o indicador da criação de valor; nem é a satisfação do cliente; o impacto social é o verdadeiro indicador.

Reconhecimento e procura incansável por novas oportunidades: Onde outros veem problemas, empreendedores sociais veem oportunidades. Eles não são simplesmente motivados pela percepção de uma necessidade social ou por compaixão; eles têm antes uma visão de como alcançar melhorias e estão determinados a fazerem a sua visão funcionar. São persistentes. Os modelos que desenvolvem e as abordagens adotadas podem, e muitas vezes mudam, à medida que os empreendedores aprendem sobre o que funciona e o que não funciona. O elemento-chave é a persistência combinada com a vontade de fazer ajustes à medida que se avança. Em vez de desistirem quando um obstáculo é encontrado, os empreendedores perguntam: “Como podemos superar este obstáculo? Como podemos fazer isto funcionar?”.

Constante envolvimento num processo de inovação, adaptação e aprendizagem contínuos: Empreendedores são inovadores. Eles abrem novos caminhos, desenvolvem novos modelos e são pioneiros em novas abordagens. No entanto, a inovação pode assumir várias formas. Não requer inventar algo totalmente novo; pode simplesmente envolver a aplicação de uma ideia existente de uma nova maneira ou a uma nova situação. As suas inovações podem aparecer na forma como estruturam os seus programas principais ou na forma como reúnem os recursos e financiam o seu trabalho. No que diz respeito ao financiamento, os empreendedores sociais procuram maneiras inovadoras de garantir que os seus empreendimentos terão acesso a recursos enquanto estejam a criar valor social. Essa disposição para inovar faz parte do modus operandi dos empreendedores, sendo que é um processo contínuo de exploração, de aprendizagem e de melhoria, em que a incerteza e o risco do fracasso está sempre presente. No entanto, o risco é algo que os empreendedores aprendem a lidar, tanto para com eles próprios como para os demais. Isso acontece porque eles tratam o fracasso como uma experiência, e não como uma tragédia pessoal.

Agir com ousadia sem ser limitado pelos recursos disponíveis no momento: Empreendedores sociais estão altamente habilitados para fazerem mais com menos e para atraírem recursos. Fazem isso acontecer usando recursos escassos eficientemente, e aproveitando os recursos limitados a que têm acesso, colaborando com outros. Eles exploram todas as opções para captar recursos, desde pura filantropia a métodos comerciais. Não se deixam prender pelas normas e tradições do setor.

Desenvolvem estratégias para reforçar e apoiar a sua missão social, assumindo riscos calculados, visto que, compreendem a tolerância ao risco por parte dos seus stakeholders (Dees, 1998).

Como um pouco por todo o mundo, em Portugal, o tema de empreendedorismo social ganha ainda mais a atenção da sociedade em geral, e da comunidade académica em particular quando, em 2007, o prémio Nobel da paz é atribuído a Muhammad Yunus (Bernardino, 2013, p.61).

A nível institucional, foi criado em Portugal, em 2008, o Instituto do Empreendedorismo Social (IES), “uma associação sem fins lucrativos, formado por um conjunto de pessoas que acreditam que em Portugal o empreendedorismo social deva ser estimulado para a promoção do desenvolvimento da sociedade, no sentido de realizar projetos que solucionem problemas sociais”. O objetivo primordial da entidade é “trabalhar com organizações e indivíduos excecionais e determinados para identificar, apoiar, formar, promover e relacionar, inspirando e potenciando para um mundo melhor” (Instituto do Empreendedorismo Social, 2011).

Em 2010 dá-se mesmo início a um projeto intitulado de “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”, do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Este projeto teve a duração de três anos e meio e segundo a equipa de investigadores, “o seu objetivo geral foi o de analisar a emergência e o desenvolvimento do empreendedorismo social em Portugal” e em que a expectativa era “a de que este processo, e os produtos e recursos daqui decorrentes, contribuam para um maior esclarecimento, capacitação e mobilização para a investigação e para a intervenção socialmente empreendedora” (Parente et al., 2014).

2.5. A Sustentabilidade das Instituições do Terceiro Setor

A sustentabilidade das instituições do terceiro setor pode-se tornar uma tarefa árdua devido às suas especificidades bem particulares em relação às empresas com fins lucrativos que atuam no segundo setor. Os grandes desafios que se impõe prendem-se, primeiro, de como legitimar o próprio setor. Também é uma tarefa árdua a obtenção dos recursos necessários para ser prestado o devido serviço à população que necessita deles, numa ótica tanto de eficácia como de eficiência. O foque destas organizações deve estar essencialmente no planeamento estratégico, com o intuito de definirem bem as suas metas e objetivos a que se propõe, e de seguida organizar um plano de ação objetivo e claro, que possa, sobretudo, dar uma ideia geral de como a instituição vai proceder, facilitando assim o

entendimento de qual é a sua missão, para que desse modo seja mais fácil envolver os stakeholders nessa organização e na própria área em que esta intervém (Moreira, 2017).

Com uma sociedade constantemente em mudança, é de extrema importância que estas organizações tenham a capacidade de se ajustar e ter flexibilidade organizacional para se adaptarem a estas mudanças, para assim manterem tanto a sua relevância social como a credibilidade enquanto instituição legítima da sociedade civil. Dito isto, é essencial que as questões orçamentais nunca sejam esquecidas, deve ser sempre mantida uma monitorização contabilística e orçamental rigorosa, de modo a que, se for necessário, se mudem os procedimentos administrativos ou se avance para a redução do quadro de pessoal, sem nunca colocar em causa os valores morais e éticos da instituição e sem nunca prejudicar a motivação dos outros colaboradores. Esta mudança e adaptação constante irá garantir que a organização esteja sempre a reinventar-se, mudando a cultura se achar necessário, para nunca perder as suas fontes de financiamento, tanto públicos como privados e tanto nacionais como internacionais (Silva, 2008).

Sontag-Padilla, Staplefoot, & Morganti (2012, p.6,7) definem os seguintes desafios como sendo aqueles que são os mais importantes numa ótica de sustentabilidade destas organizações:

- *O risco de dependência excessiva de financiamento externo:* visto que ao contrário das empresas do segundo setor, estas são sustentadas por meio de diversas fontes, como o Estado, as doações privadas e as fundações. Cortes substanciais numa ou todas estas fontes de financiamento podem obrigar a que a organização tenha de visitar os seus planos de captação de recursos, e até procurar novas maneiras inovadoras de arrecadar fundos ou alternativamente fomentar as relações com os investidores já existentes;
- *A criação de uma “marca” sem fins-lucrativos:* tal como as empresas que têm o lucro como objetivo principal, as instituições do terceiro setor também dependem dos seus esforços nos campos do “marketing” e do “branding”, de modo a sustentar os seus programas e serviços, e a divulgar a própria instituição para o público em geral, para assim dar-se a conhecer. No entanto, este é um parâmetro que é muitas vezes negligenciado. Isto pode ser muito prejudicial para a instituição, uma vez que o desenvolver de um plano de “marketing” claro, ajuda em muito na comunicação da missão social desta, tal como na facilidade da chegada dessa mensagem à comunidade. Além disso, uma marca que comunica consistentemente a sua missão, cria confiança entre si e os seus constituintes.

- *Expectativas externas das parcerias:* devido às mudanças no clima de financiamento e aos desafios financeiros enfrentados por muitas destas instituições durante os difíceis e turbulentos tempos económicos do séc. XXI, estas organizações sem fins lucrativos começaram a considerar colaborações formalizadas, como uma maneira de responder à mudança no ambiente de recursos e minimizar a competição por fontes de financiamento. Isto está a acontecer à medida que os seus líderes procuram-se uns aos outros numa tentativa de explorar potenciais parcerias. O mesmo caso ocorre com os financiadores que tentam maximizar o seu impacto com recursos que são limitados.
- *Demonstrar valor e “accountability” aos financiadores:* Fundações e outros doadores querem cada vez mais acesso a informações atualizadas sobre as operações e finanças, como forma de garantir o retorno do seu investimento. Participar em atividades de avaliação que demonstram os resultados financeiros e programáticos como resultado da ajuda do financiamento, mostra o valor das operações da instituição e auxilia na determinação do impacto da missão desta. Além disso, esforços para comunicar a avaliação de forma clara e consistente mostra aos financiadores e investidores que, de facto, existe “accountability” na instituição.
- *Promover o envolvimento da comunidade:* As instituições do terceiro setor, geralmente, residem dentro das comunidades que servem, criando um desafio único de promover a colaboração entre os membros da comunidade enquanto mantém a integridade da missão e do programa. Estabelecer um sistema de voluntários da comunidade e envolver-lhos, fornece à instituição, recursos em termos de experiência, conhecimento e diferentes perspetivas, enquanto dá aos próprios voluntários um sentimento de pertença.

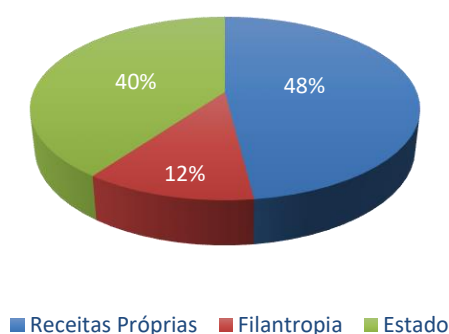
Importa, no entanto, referir, que para uma instituição do terceiro setor, não é só a sustentabilidade financeira que surge como objetivo, capacidade de manter-se fiel à sua missão é uma necessidade. É essencial que a adaptabilidade ao contexto socioeconómico seja constante (Moita, 2018).

2.6. As Fontes de Financiamento das Instituições do Terceiro Setor

Pretendemos neste ponto analisar o financiamento das Instituições do Terceiro Setor. O financiamento destas instituições difere do das empresas em que a finalidade é gerar lucro, visto que, o objetivo primordial destas não é esse. Por essa razão os seus meios de financiamento são, também, diferentes. Por razões de conveniência e por ser o mais relevante para o presente trabalho, vamos cingir-

nos, apenas, à análise do financiamento das ITS que operam em Portugal. Segundo um estudo realizado por Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon (2005), as principais fontes de financiamento no terceiro setor em Portugal são as receitas próprias, a filantropia e o financiamento por parte do Estado. As receitas próprias têm um peso de 48% do financiamento, referentes essencialmente, a pagamentos por bens e serviços, taxas e rendimentos de investimentos. O apoio estatal é de 40% do total, respeitantes a subsídios, contratos, reembolso de serviços prestados e pagamentos da segurança social financiados pelo Estado. Em último, encontra-se então, a filantropia, referente a doações de particulares, de fundações e de empresas.

Gráfico 1 – Origem do Financiamento das Instituições do Terceiro Setor



Fonte: Elaboração própria com base em Franco et al. (2015, p.18)

Como é possível constatar, financiamento por parte do Estado corresponde a uma grande fatia do financiamento destas entidades. No entanto, é argumentado por alguns autores que isso pode levar a que a instituição seja menos autónoma devido a esta dependência, tendo em conta que haverá regulamentos e regras impostas pelo Estado, que poderão fazer a organização perder-se na busca pela concretização da sua real missão. Uma instituição que esteja muito dependente de fundos Estatais, estará sempre numa situação frágil e de incerteza, porque, se esse financiamento for reduzido ou totalmente cortado, o seu funcionamento desejável pode ser posto em causa, e com os constrangimentos económicos existentes na conjuntura atual e a grande competitividade por subsídios, esta é sempre uma hipótese que não pode ser colocada de parte (Lucas, 2014).

Em relação às doações por parte de particulares, visível na fatia da filantropia, podemos observar que esta é a menor. Importa referir que este tipo de doação é muito imprevisível, visto obviamente não existir um contrato entre as partes, nem existir um acordo para que este seja regular. Além disso, momentos de crise económica trazem períodos de instabilidade que geralmente resultam em menos doações. Por estas razões, Franco et al. (2005) referem que doações feitas por empresas devem ganhar

uma maior importância no financiamento destas instituições, isto porque, apesar deste meio apresentar alguma instabilidade, a verdade é que é menor devido à possibilidade de estabelecimento de uma relação, como com um grupo de mecenas, fazendo com que as doações possam ter uma frequência e um valor pré-estabelecidos.

É também relevante referir as doações das fundações, quase sempre de renome internacional, o que resulta também em prestígio para a instituição que recebe a doação por estar associada com a primeira. Ainda assim, este tipo de financiamento continua a ter o mesmo problema de instabilidade que as duas primeiras, sendo que, tem também o problema acrescido de existir muita competição pela procura das doações através de candidaturas. Seja como for, para qualquer um deste tipo de financiamento atingir o seu potencial máximo, é necessário que a instituição crie mecanismos para ter a maior quantidade de informação disponível, que tipos de projetos estão a desenvolver, e mostrar que tem capacidade para uma boa gestão das doações que recebe (Lucas, 2014).

Os fundos por meio de receitas próprias têm tido um crescimento considerável no séc. XXI, no entanto, isso pode levar à própria mudança daquilo que é o conceito de uma organização sem fins lucrativos. Estas não tem o lucro como objetivo principal, o bem-estar das pessoas é o derradeiro objetivo. Dees (1998, como citado em Lucas, 2014) afirma que isto acontece quando as instituições se veem confrontadas com um decréscimo de doações privadas, acrescido da atual grande competitividade por subsídios estatais, que faz com que estas procurem novas formas de obterem fundos com a venda de produtos e serviços, merchadising, taxas, contratos, e bares e restaurantes. Temos de realçar que a aposta neste tipo de financiamento, tal como nas outras, traz vantagens e desvantagens. A principal vantagem, obviamente, é o aumento das receitas. Já a principal desvantagem, prende-se com o facto de existir a possibilidade da missão social da instituição ser posta em causa. Ainda assim, é essencial salvaguardar que isto traz às organizações sem fins lucrativos vantagens fiscais, tendo em conta que, estas tem um regime fiscal mais favorável, que juntando ao voluntariado, que é praticado de forma gratuita, resulta num grande benefício para estas instituições. Também tem de ser mencionado que a inserção nestes mercados económicos não é fácil, os colaboradores destas entidades muitas vezes ficam relutantes com a direção que a instituição toma, e mesmo a nível público, pode haver repercussão negativa perante esta.

Os principais fatores que levam ao crescimento deste tipo de receita, são segundo Dees (1998, citado em Lucas, 2014, pp.40,41) os seguintes:

- Orientação para o mercado cada vez mais aceite pela sociedade, mesmo em organizações deste tipo (capitalismo; procura do lucro ou apenas do equilíbrio operacional);

- Os gestores procuram prosseguir os interesses sociais de forma a não criar dependência (cobrando parte dos custos aos beneficiários dos projetos);
- Os gestores procuram a sustentabilidade financeira das organizações;
- As organizações sem fins lucrativos estão a transformar-se para adotar abordagens mais comerciais.

Tendo isto tudo em conta, é importante referir que os gestores destas instituições devem medir o seu sucesso olhando para a concretização dos objetivos da missão desta, e não olhando apenas para a sua estabilidade e sustentabilidade financeira, ainda que esses aspetos sejam também essenciais para a sobrevivência das organizações.

2.7. A importância do Voluntariado

É inegável a preponderância do voluntariado no mundo atual. Serapioni et al. (2013, p.8) estimavam, em 2013, “a existência de mais de 140 milhões de voluntários a nível mundial”. Os mesmos autores (2013) afirmam que é devido a essa reconhecida importância que o ano de 2011 foi declarado como o ano Europeu do voluntariado.

Na definição do que é o voluntariado, é possível identificar três importantes elementos, sendo eles, segundo Parente et al. (2014, p.202):

- I. “A natureza voluntária;
- II. A ausência de recompensa monetária;
- III. Ações realizadas em benefício da sociedade como um todo”.

Importa, no entanto, ressaltar, que por exemplo em Portugal, a lei nº71/98, que enquadra juridicamente o voluntariado, acrescenta mais critérios à definição do seu ato como o facto deste ter de ser prestado “no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”, e excluindo “atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança” (Lei nº71/98, art.2º).

Tentado definir o que é um voluntário, é revelador a análise do porquê destes começarem e continuarem, ou não, a prática de voluntariado. Segundo Omoto & Snyder (1995, citado em Marques, 2016, p.38), o processo é dividido em três estágios sendo eles os seguintes:

1. O primeiro tem a ver com os antecedentes da atividade voluntária e é composto por motivações pessoais que levam ao início da atividade voluntária;
2. O segundo é a experiência do voluntário, que pode promover ou impedir um envolvimento continuado, dependendo de dois fatores. Um refere-se à satisfação pessoal no desempenho da atividade e o outro à integração organizacional;
3. O terceiro estágio é o das consequências para o voluntário e para a sociedade em geral, no qual as atividades voluntárias podem influenciar as atitudes pessoais, medos, conhecimento e o próprio comportamento do voluntário.

Geralmente no terceiro estágio, os voluntários apercebem-se dos benefícios que eles próprios recebem pela prática do voluntariado. O Scottish Volunteering Forum (2015, pp.4,5) enumera todos esses benefícios, que representamos no seguinte quadro:

Tabela 3 – Benefícios do voluntariado para o praticante

Categoria	Benefícios
Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor humor em 94 % dos casos; • Bem-estar aumenta em 30 %; • Maior satisfação com a vida em geral; • Maior capacidade de lidar e enfrentar problemas pessoais do dia-a-dia; • Redução da ansiedade e depressão; • Sentimento de conquista, alegria e prazer; • Maior autoconfiança e autoestima;
Saúde Física	<ul style="list-style-type: none"> • 76% sentem-se fisicamente mais saudáveis; • Redução de cerca de 20% na mortalidade prematura; • Sintomas de dor crónica reduzidos; • Risco de tensão alta reduzido; • Risco de doença cardíaca reduzido; • Redução de hospitalizações; • Melhor gestão da dor;
Competências de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • 79% desenvolvem as suas habilidades interpessoais; • Trabalho em equipa aprimorado; • Maior capacidade de comunicação; • Melhor compreensão dos outros; • Desenvolvimento das capacidades de liderança;

Continua na página seguinte

Categoria	Benefícios
Sentimento de pertença	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer pessoas com interesses similares; • Aumento da rede de contactos; • Diminuição do sentimento de solidão e isolamento; • Maior senso de valor; • Sentimento de estar a fazer a diferença; • Sentimento de valorização por parte dos outros; • Maior valorização e compreensão de outras culturas;
Qualificações Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • 23% dos empregadores afirmam que melhorou o trabalho em equipa dos seus colaboradores; • 23% dos empregadores dizem que a capacidade de gestão do tempo dos seus colaboradores melhorou; • 21% dos empregadores afirmam que a capacidade de comunicação dos seus colaboradores melhorou;
Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • 80% dos empregadores valorizam a presença de voluntariado no CV; • 73% mais probabilidade de serem recrutados; • Mais de 70% dos empregadores dizem que aumenta a chance de promoção; • 14% afirmaram que o voluntariado ajudou-os a alcançar um maior salário.

Fonte: Elaboração própria com base no estudo realizado pelo “Scottish Volunteering Forum” (2015)

O mesmo estudo, para além de indicar os benefícios que a prática do voluntariado traz àqueles que o praticam, também refere os vários benefícios que o voluntariado traz para as comunidades onde este é praticado. É visível que em termos económicos é bastante importante, visto que resulta em menos problemas sociais que se poderiam revelar custosos. O próprio Serviço de Saúde Pública, se existir no país em questão, acaba por poupar nos custos, porque como constatamos, no geral, os seus habitantes encontram-se mais saudáveis, tanto mentalmente como fisicamente. O voluntariado também está ligado a uma comunidade mais próspera com um melhor bem-estar mental e uma maior satisfação e felicidade na vida, e com isso é também notável menores taxas de crime, com melhoramentos comportamentais, mais atividades positivas para adolescentes e jovens adultos e, conseqüentemente, uma maior prevenção na reincidência de atos criminosos. Por último, é importante referir que se nota uma cidadania mais ativa com uma maior participação social e cívica, uma maior coesão da comunidade, maior integração intercultural e intergeracional, comunidades mais capacitadas, um maior espírito comunitário e de confiança, e uma maior conexão e compromisso cívico (Scottish Volunteering Forum, 2015, pp.6,7).

Em Portugal, o Inquérito ao Trabalho Voluntário (ITV), realizado em 2018 pelo INE, mostra bem o estado do voluntariado no nosso país. Foram 695 mil pessoas com 15 ou mais anos a ter participado em pelo menos uma atividade formal ou informal de voluntariado. Importa ressaltar, que o voluntariado formal é aquele praticado numa organização, enquanto que o informal é aquele que é “feito diretamente por um indivíduo a outros indivíduos não residentes no alojamento, não pertencentes ao agregado familiar e com os quais não mantenha uma relação familiar” (INE, 2019, P.13). A taxa de voluntariado do sexo feminino (8,1%) foi superior à do masculino (7,6%), totalizando 7,8% da população residente em Portugal. Outros dados relevantes que podemos destacar é o facto das faixas mais jovens praticarem mais voluntariado:

- 15-24 anos (11,3%);
- 25-44 (8,6%);
- 45-64 (8,3%);
- >64 (4,6%).

É possível observar, também, que quanto maior escolaridade, maior a taxa de voluntariado:

- Ensino superior (15,1%);
- Secundário (9,7%);
- 3º ciclo (7,6%);
- 2º ciclo (5,3%);
- 1º ciclo (3,2%);
- Sem escolaridade (1,7%).

Neste mesmo estudo conseguimos perceber melhor a importância que o voluntariado tem para o Terceiro Setor português. Do total do voluntariado realizado no nosso país no ano de 2018, 516 mil foi efetuado numa instituição presente nesse setor, correspondente a 90,7% dos voluntários formais e a 74,3% dos voluntários totais. A maior parte prestou a ajuda em entidades de prestação de serviços sociais (39,8%), seguindo-se as da religião (17,3%) e as de comunicação e atividades de recreio (16,5%). Em termos de horas isso correspondeu a 214,5 milhões de horas em ITS, que representaram 2,3% do total de horas trabalhadas a nível nacional.

Não obstante esta preponderância, é referido que Portugal é um dos países europeus onde menos voluntariado se pratica, albergando uma taxa de 6,4%, apenas à frente da Bulgária que tinha 5,2% e da Roménia com 3,2%, bastante abaixo da média europeia de 19,3% e muito longe dos países com a maior percentagem, a Dinamarca com 38,1% e a Holanda com 40,2% (INE, 2019).

2.8. Coesão Social

O conceito de coesão social é um de difícil discernimento. A ambiguidade que aparenta e a falta de um consenso entre investigadores, pode prejudicar a sua análise conceitual. Genericamente, é possível afirmar que é a designação de uma sociedade que se encontra inteiramente interligada socialmente entre si, em que não há excluídos (Larssen, 2014). Noll & Schiefer (2017) atribuem-lhe três grandes dimensões: Relações Sociais, Identificação com uma unidade geográfica e orientação para um bem comum. Ainda assim, Larssen (2014) afirma que a discussão à volta da coesão, é, na sua maior parte, para debater a sua falta, ou seja, o seu declínio, a que o próprio prefere designar por “erosão social”, que se definirá como a perda de confiança entre cidadãos de uma comunidade. Nota-se então, que coesão social é um fenómeno intangível que decorre na cognição dos cidadãos. Para além de ser um fim desejado, na medida em que se pretende que todos os intervenientes numa sociedade se sintam parte dela, não apenas como contribuinte, mas também como beneficiário, é um meio, visto que, as políticas públicas implementadas, o papel das instituições na criação de equidade societal, requer um contrato social, em que o individualismo não se sobreponha ao coletivo (CEPAL, 2007). Para Berger-Schmitt (2000), coesão social e qualidade de vida estão intrinsecamente relacionados, visto que, apesar do primeiro ser mensurado coletivamente, este é composto por indivíduos e, portanto, a qualidade de vida de cada um, contribui para a coesão. Ademais, a coesão social tem um impacto direto na qualidade de vida da pessoa. Isto porque, o aumento de capital social influencia o crescimento da economia.

Na ótica do Conselho da Europa (2004), coesão social reflete a capacidade de uma sociedade assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizando disparidades e combatendo a exclusão social e pobreza. Nenhuma sociedade pode ser inteiramente coesa, esse deve ser um ideal ambicionado, em vez de um objetivo possível de ser alcançado. Esta procura constante de coesão não deve sair da agenda política, como Burns, Hull, Lefko-Everett & Njozela (2018) referem, sociedades altamente coesas demonstram várias vantagens em relação às demais:

1. Democracias mais estáveis e uma maior participação cívica;

2. Maior produtividade e crescimento económico;
3. Melhor qualidade de vida;
4. Maior inclusão e tolerância ao multiculturalismo e diversidade;
5. Melhor gestão do conflito;
6. Melhores níveis de saúde da população em geral.

No entanto, o mesmo autor alerta para as consequências menos positivas que poderão advir dessas sociedades, no sentido em que essas comunidades podem estar fechadas para, por exemplo, migrantes e grupos minoritários, tornando-se excessivamente exclusivos. (Burns et al., 2018)

O Conselho da Europa (2004, p.14) menciona a importância que o Terceiro Setor pode ter na coesão social: “despite a lessened propensity on the part of many to commit themselves to group activity, political parties, trades unions and religious bodies continue to engage many people in broad social networks. Charitable, sports and cultural associations, together with organisations for children and young people, play a particularly important part in building social cohesion and engage many people in socially useful voluntary activities”. Tendo isto em conta, melhores condições devem ser dadas a estas organizações da economia social, para terem um papel mais forte no reforço da coesão social.

2.9. Conclusão

Em suma, conseguimos perceber como a economia social conseguiu trilhar o seu caminho, afirmando-se como uma nova maneira de estar na economia. Foi possível atestar que as suas instituições, mesmo presentes no mercado com os princípios caracterizadores da economia social, poderão continuar a ser produtivas e competitivas, mas ao mesmo tempo funcionando como um elo social que se mostra essencial na coesão das sociedades atuais (Matias, 2012). Como Oliveira (2012, p.70) refere, “identificados novos problemas sociais, como a globalização na liberalização dos mercados financeiros e mercadorias, as crises económico-financeiras, o aumento do desemprego, as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção e repartição equitativa dos rendimentos e a redefinição do papel do Estado, compete à Economia Social criar mais mecanismos de promoção da coesão social”. São estas entidades, com os seus valores e princípios de solidariedade e cooperação que tem capacidade de criar um mundo mais inclusivo, integrativo, coeso, que combata de frente a pobreza e a desigualdade social.

Concluída a revisão da literatura, passaremos, de seguida, para o capítulo da metodologia, onde explicaremos em profundidade os métodos de realização do nosso estudo, procedendo depois à apresentação dos dados e resultados, tal como a discussão dos mesmos.

3. Metodologia

3.1. Introdução

No seguimento do enquadramento teórico realizado nos capítulos anteriores, pretendemos neste capítulo descrever os métodos utilizados para a recolha e consequente análise dos dados obtidos. Recorrendo a uma abordagem de pesquisa de métodos mistos, utilizamos tanto o método quantitativo como o qualitativo, numa tentativa de conseguir recolher a máxima informação possível em relação ao tema. A principal vantagem deste método é o fator da complementaridade, que permite a análise mais completa.

3.2. Método de investigação

Os autores Santos et al. (2017), afirmam que a aplicação junta da abordagem quantitativa e qualitativa começou por volta do início da década de 1960, com o seu emprego por parte de sociólogos e antropólogos. Nas décadas que se seguiram o seu uso foi discreto, até que no início do século XXI nota-se, cada vez mais, a existência de literatura nesse campo. A partir daí são propostas várias designações para este tipo de pesquisa, dos quais se destacam “investigação multimétodo, pesquisa integrada/combinada, triangulação, estudo híbrido, metodologia mista e, finalmente, o termo mais utilizado hoje, que é pesquisa de métodos misto” (Santos et al., 2017, p.2). Os mesmos autores referem que com a utilização deste método, deve-se ter em conta quatro aspetos essenciais, sendo eles, a distribuição do tempo, a atribuição do peso, a combinação e a teorização. Relativamente à distribuição de tempo a questão prende-se com o facto de se os dados quantitativos e qualitativos são recolhidos em fases, isto é, sequencialmente, ou se pelo contrário, são recolhidos ao mesmo tempo. No que diz respeito à nossa pesquisa, estes serão recolhidos ao mesmo tempo, com a recolha dos dados quantitativos e qualitativos presentes no mesmo questionário.

Quanto à atribuição de peso, esta relaciona-se com o facto de a qual tipo de pesquisa, quantitativa ou qualitativa, é dada preferência na investigação. Nós iremos enfatizar a abordagem quantitativa.

Seguidamente, a combinação refere-se à maneira que os dados são misturados, ou seja, se estão completamente fundidos, se existe a total separação ou se estão de alguma forma combinados.

Na nossa investigação em particular, aplica-se a terceira opção, notando que, a fase qualitativa surge num modo complementário das questões já efetuadas na etapa quantitativa.

Finalmente, a necessidade de verificar se existe uma perspetiva teórica no trabalho, que neste, de facto, existe (Santos et al., 2017).

3.2.1. Técnica de recolha dos dados

A técnica de recolha de dados a ser utilizada será a do questionário por ser a mais eficiente no sentido de ficar a conhecer a opinião dos inquiridos. Espera-se desse modo, ter resultados mais concretos e menos passíveis de erros, que nos ajudem a ir de encontro à realidade.

Serão realizadas perguntas fechadas e abertas, com a intenção de construir um grupo de respostas relevantes. Para isso, pretende-se que as perguntas sejam diretas para ser possível recolher uma resposta em concreto em relação ao que se pergunta, tentando-se ser o mais específico possível.

O inquérito por questionário é uma das técnicas mais utilizadas na metodologia das ciências sociais. Com ele, pretende-se interrogar um conjunto de indivíduos que representam uma população em geral, para realizar inferências e generalizações. As perguntas serão pessoais, nomeadamente para a caracterização socioeconómica do respondente e, também, sobre opiniões, usando a escala de Likert para o efeito. Dessa maneira obteremos um grande número de informação sobre os indivíduos questionados (Gonçalves, 2004). Ainda assim, importa referir as dificuldades que se podem encontrar na elaboração de um questionário, que se prende não com o ato de o fazer, mas sim fazer um que seja considerado bom, que vá de encontro aos objetivos do investigador. Para que assim seja, é preciso que os objetivos da investigação estejam bem definidos. Aspetos como um layout de questionário que não seja claro para o respondente pode prejudicar a investigação. Também pode ser prejudicial o facto do questionário ser demasiado pequeno, o que resultará na inabilidade de obter informação suficiente para ser considerada relevante e para se tirar conclusões do estudo. Também não é o ideal se acontecer o inverso, e se contruir um questionário demasiado longo, que comprovadamente, resulta numa menor taxa de respostas, ou seja, nota-se que quanto maior o questionário, menor a taxa de resposta (Hill & Hill, 1998).

Pretendemos que esta seja a ferramenta utilizada, visto ser uma técnica que é ideal para estudos em maior escala e que por ser rotinizado e padronizado acaba por ser simples, rápido e fácil de proceder à sua aplicação e fornecendo dados passíveis de serem generalizados e comparáveis e, por isso, ideais

para as análises quantitativas, pelo qual este questionário é constituído na sua maior parte, e ainda, com oportunidade de introduzir algumas questões abertas numa ótica de abordagem qualitativa.

O questionário que utilizámos no nosso estudo está dividido em três partes. A primeira parte é constituída por perguntas que pretendem caracterizar os respondentes nos seguintes parâmetros:

- ❖ Género;
- ❖ Idade;
- ❖ Grau de escolaridade;
- ❖ Estado civil;
- ❖ Ocupação;
- ❖ Rendimento mensal;
- ❖ Tamanho do agregado familiar.

A segunda parte do questionário pretendia capturar as opiniões dos respondentes em relação a vários itens com o propósito de compreender as suas perceções em relação ao funcionamento das ITS em Arcos de Valdevez e as suas impressões em relação à importância que estas têm para a comunidade residente. Para o efeito utilizou-se 15 questões em escala de Likert. Esta escala, inventada por Rensis Likert em 1932, é uma escala de pontos (geralmente cinco) que vai desde “aprovo fortemente” até “desaprovo fortemente”, possuindo a meio, um ponto neutro (Dalmoro & Vieira, 2013, p.163). Possivelmente também pode deter sete ou dez pontos, no nosso caso é constituída por cinco. Como proclamam Joshi, Kale, Chandel & Pal (2015, p.398), com esta escala pretende-se entender as opiniões e perceções dos intervenientes em relação a uma variável única que será expressa por vários itens no questionário. Nesta fase do inquérito ainda foram incluídas mais três respostas fechadas diretas para ficarmos a saber quem foi ou é, utente de uma ITS, se algum familiar já o foi ou é, e se acham que existe ITS suficientes para fazer frente aos problemas sociais do concelho.

Na terceira e última parte foram propostas duas respostas abertas, em que a resposta era opcional, e que a pretensão era explorar mais profundamente o envolvimento direto dos respondentes com estas instituições e perceber o que estes achavam de hipotéticos aumentos de financiamento do Estado a estas entidades.

3.3. População e Amostra

A população-alvo é constituída por antigos e atuais residentes do concelho de Arcos de Valdevez. Definimos assim, visto que pretendíamos que existisse um contacto com as instituições do município, no passado ou no presente, por parte dos respondentes. Ainda que existam pessoas doutras vilas a também frequentá-las, especialmente a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, que é uma das maiores do distrito, optamos por este critério por uma razão de conveniência. Para se chegar a essa população e proceder à recolha dos dados optou-se por disponibilizar o questionário online, utilizando a ferramenta “Google Forms”. A maneira escolhida para partilhar o questionário foi de duas formas: pela rede social Facebook e por e-mail, sendo partilhado apenas online. O jeito de partilha pelo Facebook, foi por mensagem direta, por partilha no Feed de Notícias e pela divulgação num grupo com habitantes e ex-habitantes de Arcos de Valdevez. No caso dos envios por e-mail, foi feito um pedido à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez para a partilha do questionário, o qual foi acedido. Por último, foi também realizada a divulgação para os alunos da Universidade do Minho, com o objetivo de alcançar atuais e antigos estudantes arcuenses. Daí saiu a amostra deste estudo, que foi composta por 100 respondentes.

3.4. Conclusão

Apresentamos neste capítulo os processos metodológicos levados a cabo para a obtenção de dados relevantes ao nosso estudo. Definimos o nosso método de investigação, a maneira pelo qual será realizada a recolha dos dados e qual a população-alvo, e respetiva amostra. Iremos no próximo capítulo proceder à análise dos dados recolhidos com os nossos métodos, a que seguirá a análise e discussão dos mesmos.

4. Trabalho Empírico

4.1. Introdução

No presente capítulo procedemos à análise dos dados recolhidos na investigação empírica. Tendo sido efetuada uma pesquisa quantitativa e qualitativa, a análise será, também, correspondente a ambas. Apresentamos os dados obtidos, e a sua respetiva análise, de modo a ficarmos a perceber qual realmente é o impacto que as instituições do terceiro setor tem no concelho de Arcos de Valdevez. Pretendemos apresentar os dados, e respetivos resultados, sem qualquer convicção pré-concebida, buscando manter a total imparcialidade, sem que as crenças e experiências do investigador formem uma postura que possa colocar em causa, de qualquer maneira, a isenção na análise, que se deseja que seja livre de qualquer tendenciosidade formada anteriormente, garantindo a completa factualidade.

Ademais, é nosso objetivo neste capítulo, alcançar a resposta à nossa questão inicial, por meio dos dados primários obtidos. Apesar desta investigação ser a uma escala menor, esperemos que no futuro seja concebível a realização de estudos a maiores escalas, quem sabe a nível nacional, em que, apesar de ser necessário mais recursos e mão-de-obra, na nossa opinião, seria de grande utilidade para a sociedade, e uma ferramenta na ajuda a decisões e a aplicações de futuras políticas públicas.

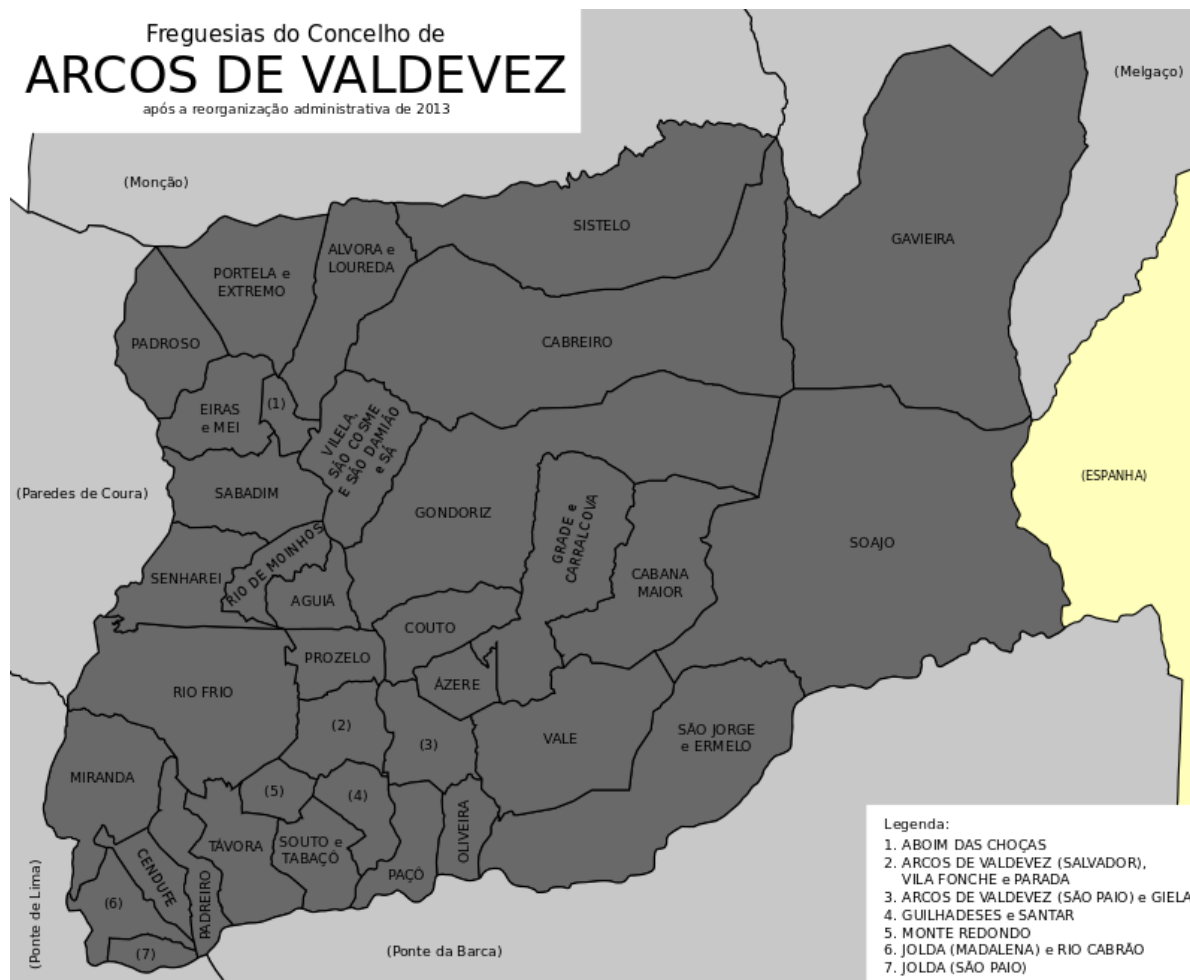
4.2. Contextualização e caracterização geográfica e demográfica

Iremos neste ponto, realizar uma contextualização rápida do concelho de Arcos de Valdevez, caracterizando-o geográfica e demograficamente, de modo a que se possa ficar melhor a conhecer o concelho, para que seguidamente a apresentação dos resultados tenha maior relevância e a sua leitura seja mais clara de interpretar tendo em conta o contexto. Nesta contextualização iremos proceder a uma comparação breve a nível demográfico, incluindo médias nacionais e regionais, para melhor se perceber as diferenças do concelho em relação às restantes áreas do país.

Arcos de Valdevez é um concelho pertencente ao distrito de Viana do Castelo, localizado na região Norte, e na sub-região do Alto-Minho, sendo rodeado por cinco concelhos, Monção e Melgaço a Norte, Ponte de Lima e Paredes de Coura a Oeste, Ponte da Barca a Sul, fazendo ainda fronteira com Galiza a Este. Tinha 51 freguesias, sendo que depois da reorganização administrativa do território das freguesias em 2013, passou a ter 36.

Segundo os Censos de 2011, tinha uma população de 22.847 habitantes. Tem também, uma extensão de área de cerca de 450 km² e uma densidade populacional de 51 hab./km² (ACIAB, 2020).

Figura – Mapa do concelho de Arcos de Valdevez



Fonte: Direcção-Geral do Território, 2013

O envelhecimento da população é um fenómeno demográfico que surgiu nas últimas décadas, com especial incidência nos países desenvolvidos, em que se assistiu a uma mudança na distribuição da população desses países, notando-se cada vez mais a existência de pessoas com idades mais avançadas. Fundamentalmente, isso deve-se ao aumento da esperança média de vida, ao declínio na taxa de mortalidade e às baixas taxas de fecundidade (Correia, 2012).

O envelhecimento da população está-se mesmo a revelar como uma das transformações sociais mais significativas do século XXI, com implicações para todos os setores da sociedade. Em Portugal, e mais especificamente no concelho de Arcos de Valdevez, que é o que nos interessa nesta pesquisa, é possível constatar os altos valores do índice de envelhecimento. Segundo o INE (2020), este índice é

concretamente a “relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos”.

Tabela 4 – Índice de envelhecimento segundo os últimos Censos (2001, 2011)

Territórios	Índice de envelhecimento	
	2001	2011
Portugal	102,2	127,8
Norte	79,8	113,3
Alto Minho	132,4	174,2
Arcos de Valdevez	208,2	273,6

Fonte: PORDATA

É possível, então, atestar, que se em 2011, o ano dos últimos censos realizados, o nível de envelhecimento em Portugal já era elevado com 127 idosos por cada 100 crianças, em Arcos de Valdevez esses números eram ainda mais altos com 273 idosos por cada 100 crianças. Esses números do concelho minhoto, para além de estarem muito acima da média nacional, em comparação com a própria média do Alto-Minho, onde este se encontra inserido, é consideravelmente maior.

Em termos macroeconómicos, este envelhecimento populacional tem efeitos muito negativos, visto ser uma séria ameaça às finanças públicas portuguesas. A insustentabilidade da dívida crescerá cada vez mais, com a maior parte da fatia a dizer respeito à segurança social, devido ao pagamento das reformas e, também, por causa da subida da despesa em saúde dos mais idosos. Daí que o próprio Terceiro Setor tenha tendência a ganhar cada vez mais pertinência, porque como é sabido, os idosos são uma grande parte dos seus utentes.

4.3. Caracterização da Amostra

Na caracterização da nossa amostra, realçamos o facto da maioria dos respondentes terem idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, 57% do total. Pode-se explicar a maioria das respostas por parte desta faixa etária devido à forma como o questionário foi partilhado (online), ainda assim, as restantes perfazem quase metade do total. Em relação ao grau de escolaridade, licenciatura e mestrado correspondem a mais de 50%, indo de encontro à circunstância da faixa etária ser maioritariamente

jovem. Não obstante, também é de realçar a grande quantidade de pessoas com o ensino secundário e apenas os 5% com menos habilitações que essas. Quanto ao estado civil, “Solteiro” e “Casado”, com 89%, constituem quase a totalidade da amostra, sendo que a maioria do agregado familiar é formado por 2 a 4 pessoas (83%). Finalmente, importa referir que a maior parte da amostra era trabalhador ou estudante.

Tabela 5 – Caracterização da Amostra

Características		Fi
Género	Feminino	58
	Masculino	42
Idade	Até 19	7
	20-29	57
	30-39	17
	40-49	11
	50-64	7
	>64	1
Escolaridade	2º ciclo (5º e 6º ano)	1
	3º ciclo (7º a 9º ano)	4
	Secundário (10º a 12º ano)	33
	Licenciatura	43
	Mestrado	19
Estado civil	Solteiro(a)	71
	Casado(a)	18
	Divorciado(a)	5
	Viúvo(a)	2
	Outro	4
Ocupação	Trabalhador/Trabalhador-estudante	59
	Estudante	35
	Desempregado	5
	Reformado/Pensionista	1
Agregado familiar	1 Pessoa	10
	2 Pessoas	18
	3 Pessoas	36
	4 Pessoas	29
	5 Pessoas	6
	6 Pessoas	1
Rendimento	Até 635€	32
	Entre 635€ e 999€	44
	Entre 1000€ e 1499€	17
	Entre 1500€ e 2000€	5
	Mais de 2000€	2

Fonte: Elaboração Própria

Na primeira parte do nosso questionário perguntámos, ainda, se o respondente tinha sido, ou era, utente de uma ITS, ou se, tinha, ou já teve, algum familiar utente. Pretendíamos com estas questões, quantificar quantas pessoas lidam, direta ou indiretamente, com este setor e, também, discriminar os respondentes que podiam responder à secção do funcionamento das ITS daqueles que não podiam. Relativamente a se os próprios são ou já foram utentes, a maioria não o foi, com 71% a responder negativamente. Contrariamente, grande parte tem ou teve um familiar a ser utente de uma destas instituições, uma percentagem de 62%. Mais uma vez, estas percentagens podem ser explicadas com o facto de que a maioria dos respondentes são jovens.

4.4. Apresentação e Análise dos Dados

4.4.1. Dados quantitativos

No presente ponto procedemos à apresentação dos dados quantitativos. Os dados serão expostos de uma forma concisa, narrando os resultados de forma objetiva. Seguidamente apresentamos os dados qualitativos.

4.4.1.1. Funcionamento das Instituições do Terceiro Setor

Nesta fase do questionário, o objetivo era ficar a conhecer a opinião da população em relação ao funcionamento geral das Instituições do Terceiro Setor, por isso, apenas podiam responder as pessoas que são ou já foram utentes, ou, que tem ou já tiveram algum familiar que fosse utente e que devido a essa razão tivesse conhecimento do funcionamento dessa instituição. Foram construídas afirmações em escala de Likert, indo desde “Discordo Totalmente” até “Concordo Totalmente”, numa escala de 5 valores. Das 100 pessoas que responderam ao questionário, nesta secção responderam 72, que não era de resposta obrigatória, devido ao facto referido.

A qualidade do serviço é um fator importante em qualquer organização, seja ela do primeiro, segundo, ou terceiro setor. Podemos visualizar que a maior parte dos respondentes ficaram satisfeitos com os serviços que lhes foram prestados nestas instituições, com 40,3% a concordar com a afirmação e 19,4% a concordar totalmente. Apenas 13,9% discordaram, sendo que 26,4% manteve-se neutro. Estes

números demonstram, portanto, que a relação da expectativa com a realidade do serviço prestado é positiva na perspectiva dos utentes.

Afirmção – Estou/Fiquei satisfeito(a) com os serviços prestados.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	4	6	19	29	14
Percentagem	5,6%	8,3%	26,4%	40,3%	19,4%

Já no que concerne à opinião em relação aos preços praticados, denota-se uma maior ambiguidade nas respostas registadas. Se 34,7% acham que os preços foram adequados, 23,6% pensam o contrário, sendo que, 41,7% referem que não concordam nem discordam. O tema dos preços será sempre um assunto controverso, na medida em que apesar deste ser, de facto, o setor social e que por isso não detém fins lucrativos, a verdade é que este ainda precisa de receita para se manter funcional, sustentável e com capacidade para cumprir a sua missão social. Ainda que receba financiamento estatal e donativos de particulares, é factual que isso não é, ainda, suficiente para estas instituições se manterem equilibradas financeiramente, para assim conseguirem cobrir as várias despesas que comportam. Estas respostas, e resultantes percentagens, acabam, então, por ser expectáveis.

Afirmção – Os preços praticados foram/são adequados.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	5	12	30	14	11
Percentagem	6,9%	16,7%	41,7%	19,4%	15,3%

No que respeita à afirmação de se o número de funcionários é suficiente, as percentagens também se dividiram consideravelmente. Se é certo que 43,1% concordam com a declaração, também é de notar as percentagens de 29,1% que não concordam e de 27,8% que não concordam nem

discordam. Mais uma vez, impõe-se aludir ao assunto financeiro. Muitas destas instituições vão sobrevivendo, ano após ano, com muitas dificuldades, as vicissitudes que enfrentam todos os anos são diversas, daí que não seja de cariz fácil a alocação orçamental que tem de ser realizada anualmente. Em anos mais complicados, com acontecimentos imprevisíveis, é possível que haja escassez de funcionários disponíveis para as tarefas requeridas. Posto isto, estas percentagens acabam por ser esperadas.

Afirmação – O número de colaboradores era/é adequado para ser prestado um serviço de qualidade aos utentes.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	5	16	20	21	10
Percentagem	6,9%	22,2%	27,8%	29,2%	13,9%

Relativamente à seguinte asserção, e ainda que em cima a percentagem para a adequação do número de funcionários detivesse percentagens consideráveis no campo negativo, verdade seja dita, que em relação à competência dos mesmos, os números são deveras mais auspiciosos, com a maioria absoluta a concordar com a declaração (61,1%). Os que não concordam alcançam os 15,3%, sendo que o restante ficou-se pelos 23,6%. Como referido acima, mesmo que o número de funcionários não seja o ideal, isso não significa que os que lá se encontram não sejam competentes nas suas funções.

Afirmação – Os colaboradores eram/são competentes nas suas funções.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	3	8	17	32	12
Percentagem	4,2%	11,1%	23,6%	44,4%	16,7%

Tocando, agora, na adequação das instalações para se conseguir prestar um serviço de qualidade, mais de metade (56,9%) referem que estão de acordo. Uma fatia substancial (29,2%), não

concorda nem discorda, e a posição menos escolhida foi a de não concordância (13,9%). As instalações são uma componente fundamental para a devida assistência aos utentes, por isso, estas devem estar sempre apetrechadas e condizentes com os requisitos requeridos para que o conforto dos utentes esteja assegurado.

Afirmação – As instalações estavam/estão bem adequadas para ser prestado um serviço de qualidade.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	3	7	21	25	16
Percentagem	4,2%	9,7%	29,2%	34,7%	22,2%

4.4.1.2. Importância das Instituições do Terceiro Setor para a comunidade

Neste ponto a nossa pretensão era auscultar as opiniões quanto à importância que o Terceiro Setor tem para a comunidade e perceber a perceção dos mesmos quanto às instituições presentes no seu meio, aqui toda a amostra respondeu, dado que era de resposta obrigatória.

Para Amaro (2003, p.17), desenvolvimento local define-se essencialmente por ser um “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”. Verificámos que a esmagadora maioria está de acordo que estas instituições contribuem para o desenvolvimento local do concelho, com 78% correspondente a 78 respondentes a concordarem, sendo que apenas 2% diz que não concorda e 20% que não concorda nem discorda. Realmente, muitas destas organizações são fundadas por gente da terra e os utentes são na sua maioria, também, residentes da região. Confirma-se, portanto, que a comunidade local contribui para o seu próprio desenvolvimento, tanto social como económico.

Afirmção – Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais na contribuição para o desenvolvimento local do concelho de Arcos de Valdevez.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	1	20	34	44
Percentagem	1%	1%	20%	34%	44%

Na seguinte afirmação, também é possível verificar a vasta concordância que lhe é atribuída, com 72% a concordarem com a mesma, apenas 3% a discordarem e 25% a não concordarem nem discordarem. Efetivamente, os valores intrínsecos subjacentes a estas instituições resultam numa população mais harmoniosa entre si, com valores como a cooperação e solidariedade a sobressaírem. Numa sociedade cada vez mais marcada pelo capitalismo puro e pelo individualismo dos agentes económicos, estas entidades são como que uma lufada de ar fresco para toda a comunidade.

Afirmção – Acredito que a presença de Instituições do Terceiro Setor no concelho de Arcos de Valdevez contribuem para uma maior cooperação e solidariedade entre a população residente.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	2	25	37	35
Percentagem	1%	2%	25%	37%	35%

De todas, esta foi a afirmação que obteve um maior nível de concordância. 81% estavam em consonância positiva, 16% não concordaram nem discordaram, e apenas 3% discordaram. Conforme o World Bank (2020), inclusão social é o processo de melhorar os termos nos quais indivíduos e grupos participam na sociedade, aprimorando a capacidade, oportunidade e dignidade dos menos favorecidos. O Terceiro Setor tem um papel fundamental no combate à exclusão que afeta muitas pessoas, desde recém-nascidos até aos mais idosos, num combate diário para as introduzir ou reintroduzir na sociedade.

Afirmção – Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais no processo de inclusão social.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	2	16	37	44
Porcentagem	1%	2%	16%	37%	44%

O sentimento de pertença é algo importante para qualquer pessoa. Todos queremos sentir que fazemos parte de algo maior, que não estamos sozinhos, que temos acesso a proteção nos momentos que mais precisamos. A economia social, com os seus princípios e valores inerentes, tem a potencialidade de criar indivíduos e coletividades mais integrativas, em que os mais desfavorecidos não são abandonados, mas são antes integrados, gerando mais união e sentimento de pertença. A grande parte concordou com o referido (71%), sobrepondo-se aos 25% que não concordaram nem discordaram e aos 4% que não concordaram.

Afirmção – Acredito que as Instituições do Terceiro Setor contribuem para um maior sentimento de pertença de toda a comunidade.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	3	25	42	29
Porcentagem	1%	3%	25%	42%	29%

Quanto à questão da contribuição das ITS para o bem-estar geral, podemos atestar, mais uma vez, a aceitação maioritária da afirmação, com 39% a concordarem totalmente e 32% a concordarem. Apenas 2% discordaram e 27% não concordaram nem discordaram. Davis (2019) define bem-estar, como a experiência de saúde, felicidade e prosperidade, inclui ter boa saúde mental, altos níveis de satisfação para com a vida e capacidade para controlar o stress. Para além dos efeitos diretos que já analisamos, importa aludir às externalidades positivas que podem advir pelo funcionamento destas organizações na comunidade onde estão inseridas, que resulta em maior bem-estar generalizado para a população local.

Afirmção – Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais para o bem-estar geral da população.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	1	27	32	39
Percentagem	1%	1%	27%	32%	39%

Procuramos aferir nesta questão, se as pessoas acreditam que este setor pode ser gerador de emprego para a população local. Do total, 66% referem acreditar que sim, enquanto 5% dizem que não, e 29% mantém-se neutros. Lucília Tiago (2017), refere no jornal digital “Dinheiro Vivo” que, de facto, este setor é um importante empregador no nosso país, com cerca de 260 mil trabalhadores (no ano de 2016) a laborarem no setor social. Entendem-se, por isso, os resultados aqui apresentados.

Afirmção – Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são importantes na geração de emprego para a população de Arcos de Valdevez.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	2	3	29	29	37
Percentagem	2%	3%	29%	29%	37%

Apesar das respostas positivas serem superiores às negativas, a afirmação sequente foi a que maior percentagem negativa registou, com 15% a não concordarem. Uma das explicações dadas pode ser o facto de que é algo que não se pode aferir diretamente, mas a verdade é que se acredita que devido às externalidades positivas, e da formação de uma comunidade mais harmoniosa e coesa, e com menor taxa de desemprego, pode-se atrair residentes, tal como impedir que eles saiam do concelho. Portanto, 66% dos respondentes concordaram, e 24% não concordou nem discordou.

Afirmção – Acredito que a presença destas Instituições do Terceiro Setor ajudam a fixar residentes no concelho.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	3	12	24	27	34
Percentagem	3%	12%	24%	27%	34%

A formação da questão subsequente, deveu-se ao facto de se acreditar que este setor pode ter influência para o desenvolvimento económico dos municípios onde se integram. Segundo o INE (2019), o Terceiro Setor representou 3,0% do VAB de toda a economia, tendo representado também 5,3% das remunerações da economia nacional. Estes números têm impacto a nível do crescimento e desenvolvimento económico, e como podemos constatar, 59% dos respondentes concordam que estas instituições contribuem positivamente para a economia do concelho de Arcos de Valdevez. Ainda assim, não podemos descurar os 10% que não pensam dessa maneira, e os 31% que se mantêm neutros.

Afirmção – Acredito que a presença das Instituições do Terceiro Setor contribuem para o crescimento da economia do concelho de Arcos de Valdevez.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	5	5	31	32	27
Percentagem	5%	5%	31%	32%	27%

Não obstante a importância que este setor tem vindo a demonstrar ter, a realidade é que algumas notícias tem saído a público de alguns casos de corrupção em determinadas organizações deste seio, que podem minar a sua credibilidade perante a população. O objetivo aqui, então, era perceber se as pessoas achavam positiva a imagem destas instituições. Podemos observar que 58% pensa que sim, com alguma percentagem considerável a não concordar nem discordar, e 6% a não concordar.

Comprova-se, portanto, que a sua imagem no concelho de Arcos de Valdevez se encontra, na sua maior parte, intacta.

Afirmção – Acho que a imagem destas instituições perante a população é positiva.

Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	1	5	36	31	27
Percentagem	1%	5%	36%	31%	27%

Nesta última afirmação, pretendemos medir se a nossa amostra pensava que o Terceiro Setor poderia crescer em relação aos outros dois. Uma grande fatia respondeu de modo neutro. Isso pode ter acontecido porque, de facto, esta é uma questão um pouco abstrata e difícil de responder. Se por um lado este setor pode ganhar mais força numa população cada vez mais envelhecida, por outro, a precariedade e difíceis condições de sobrevivência expõem várias dificuldades. Ainda assim, 56% responderam que acreditavam que este iria crescer em relação ao primeiro e segundo setor, e apenas 5% refutou a asserção.

Afirmção – Acredito que o Terceiro Setor pode crescer ainda mais no futuro, em relação ao Segundo Setor (Privado/Mercado) e ao Primeiro Setor (Público/Estado).

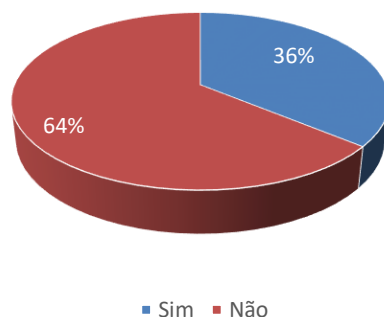
Tipo de Resposta	Discordo Totalmente	Discordo	Não Discordo nem Concordo	Concordo	Concordo Totalmente
Número de Respostas	2	3	39	27	29
Percentagem	2%	3%	39%	27%	29%

A última questão colocada nesta secção foi para, diretamente, questionar a existência de instituições do terceiro setor suficientes no concelho para fazer frente aos problemas sociais existentes na localidade. A vasta maioria acredita que não (64%), sendo que 36% acredita que sim. Pensamos que este é um dado bastante relevante e sintomático, e que é de extrema importância que os decisores

políticos prestem a devida atenção a este setor, para que haja garantia que as necessidades sociais e económicas da população estão a ser vigiadas e a ser alvo da devida intervenção.

Gráfico 2 – Suficiência de ITS em Arcos de Valdevez

Na sua opinião, atualmente, existem Instituições do Terceiro Setor suficientes para fazer face aos problemas sociais da população de Arcos de Valdevez?



Fonte: Elaboração própria

Terminada a apresentação dos dados quantitativos, iremos de seguida explorar as respostas concedidas às perguntas de carácter qualitativo.

4.4.2. Dados qualitativos

Nesta secção serão apresentadas as respostas às perguntas abertas em que se tentou perceber de um modo mais profundo, a conceção que os respondentes têm sobre alguns juízos inerentes ao Terceiro Setor. As respostas não eram obrigatórias nas duas questões, pelo que a primeira foi respondida por 51 respondentes, e a segunda, por 52.

Na primeira questão, o objetivo era explorar o envolvimento direto que os respondentes tem com estas instituições, nomeadamente por forma de voluntariado, se pratica ou praticou, e a justificação para tal. Uma das primeiras conclusões possíveis de retirar desta questão é o equilíbrio existente entre pessoas que praticam ou pensam praticar voluntariado no futuro (29) e as que não praticam nem nunca pensaram praticar (22).

Questão - Para muitas destas Instituições do Terceiro Setor, o voluntariado é essencial para a sua sustentabilidade e para terem capacidade para prestarem um melhor serviço à população. Já fez ou pensou fazer voluntariado numa destas instituições? Porquê?

Nas respostas negativas, é possível entender que a razão mais reiterada para não existir essa prática é a falta de tempo que impossibilita o encaixe da prática de voluntariado no horário pessoal dos respondentes, "nunca pensei devido à limitação de tempo", "não e neste momento é impossível incluir no meu horário". Outra razão indicada é, também, o facto de não existir informação suficiente quanto ao modo de atuação para tornar-se voluntário, uma pessoa refere que "não fiz devido a não haver qualquer tipo de informação necessária a nível de voluntariado", enquanto outra diz mesmo que "não, porque nunca tinha ouvido falar". Dois respondentes referem que nunca fizeram porque acham que as instituições deviam contratar colaboradores se necessitam, "o terceiro setor deveria suprir essas faltas de pessoal através de contratação" e este "deve contratar se pretende ter mão-de-obra".

No que diz respeito a quem respondeu que "sim", faz ou já fez voluntariado, foram três as ideias dominantes. Gosto por ajudar os outros, com um respondente a dizer "faço voluntariado e adoro, ajudo pessoas e fiz amigos para a vida", e com outro a testemunhar, "sempre gostei de ajudar os outros no meu dia-a-dia". Na mesma linha de pensamento, muitas pessoas para além de ajudar o próximo também se ajudam a elas próprias, "fiz e gostei, fez-me sentir mais realizada e gostaria de um dia voltar a fazer", tal como alguém que refere que o fez devido à "contribuição para o bem-estar dos outros e satisfação pessoal". Tendo em conta estes dois pensamentos, algumas preferem mencionar o benefício para o coletivo afirmando ser essencial na sua decisão o facto de ser "uma atividade que contribui para toda a sociedade" e "já fiz, porque acho que é uma forma de colaborar ativamente e positivamente para o desenvolvimento da minha comunidade".

Em relação à segunda questão, a pretensão foi captar a opinião relativamente a um assunto que cada vez mais está na ordem do dia, que é a interrogação de se o Estado deveria ser mais interventivo neste setor, quis se perceber se a população via positivamente ou negativamente esta intervenção, essencialmente financeira, na forma de financiamento direto, tentando recolher a razão para pensarem assim acerca da sua resposta, que devido ao facto da instituição ser de iniciativa privada, pode dividir opiniões.

Questão - Em Portugal, muitas destas Instituições têm dificuldades em termos de sustentabilidade financeira, o que pode comprometer a sua missão social. Acha que o Estado devia aumentar o financiamento que faz a estas instituições? Porquê?

Ao contrário da primeira questão, esta interrogação teve maioritariamente respostas “sim”, com 37 respondentes a replicar dessa maneira. Relativamente às respostas negativas, registaram-se 10, sendo de destacar ainda 5 a responder que “talvez”. Nas respostas negativas o principal fundamento foi que as instituições deviam gerir melhor as receitas para conseguirem cobrir as despesas: “Não! Este género de instituições tem rendimentos próprios que a ser bem geridos deveriam ser suficientes para os seus gastos!”, “não, é necessário melhor gerência monetária das instituições para que o dinheiro seja mais bem gerido”, “não, devem gerir bem os seus lucros e preparar os seus orçamentos com isso em mente”. Outra das argumentações foi que não porque “isso resulta em mais carga contributiva para os contribuintes”, tal como pessoas que comentam que não, devido aos “casos onde existe aproveitamento pessoal”.

Como já foi referido, relativamente às respostas positivas, estas foram esmagadoramente superiores às negativas. As razões são das mais variadas, se alguns argumentam que “sim, porque neste momento não é de todo suficiente, dependendo em grande parte da boa vontade e voluntariado dos colaboradores”, outros mencionam que “o financiamento do Estado deve ser ajustado à realidade de cada instituição”. Consequentemente é dito que “este setor é essencial para a sociedade”, que “estas instituições precisam de todo o apoio possível”, e que “sim, porque substituem o papel do Estado”. Há também quem diga que, essa ajuda deveria ser materializada em equipamentos em vez de monetariamente, “sim, mas na forma de ajudas materialísticas e não monetárias propriamente ditas”, sendo que alguns dizem que concordam que devia existir esse aumento no financiamento, mas controlo de como os fundos transferidos são geridos, para evitar que eles sejam usados para outro efeito que não o pretendido, “sim, mas sob rígido controlo financeiro” e “sim, com o devido controlo”.

Por último, foram obtidas respostas de “talvez”, pessoas que disseram que dependia dos resultados que estavam a ser obtidos pela instituição, “talvez, dependendo dos resultados que essa instituição estiver a alcançar”, tal como, “depende como os fundos são geridos”.

4.5. Discussão dos Resultados

Pretendemos neste ponto, aprofundar a análise do significado e da relevância dos resultados do nosso estudo. Recordando a nossa questão de partida: “Qual o papel das Instituições do Terceiro Setor na contribuição para a coesão social do concelho de Arcos de Valdevez?”, foi nosso objetivo explorar a realidade desta localidade, tentando captar as perceções em relação a um setor que cada vez mais denota relevância na assistência social, mas que paralelamente aparenta passar por dificuldades acrescidas que colocam em causa a sua missão. O seu potencial para a construção de uma sociedade mais coesa e integrativa, onde ninguém é dispensável, e onde o individualismo e o coletivismo caminham lado a lado, é tremendo.

Para uma melhor compreensão iremos explorar cada um dos objetivos específicos que propusemos inicialmente, tentando entender que deduções podemos retirar de cada um. O primeiro objetivo pretendia: “identificar a perceção dos utentes das Instituições do Terceiro Setor de Arcos de Valdevez, sobre o seu funcionamento”. As respostas que obtivemos foram, na sua generalidade, positivas. A maioria estava satisfeita com os serviços que lhes foram prestados (59,7%), apenas uma pequena fatia não se encontrava satisfeita (13,9%), sendo que o resto manteve-se neutro. A competência dos colaboradores e a adequação das instalações também se mantiveram na mesma linha de resposta, registando na sua maior parte respostas positivas. No entanto, é importante ressaltar, que em relação aos preços que são praticados e à suficiência de colaboradores nas organizações, notou-se uma maior ambiguidade nas respostas. O tópico relacionado com os preços acaba por ser um bastante complexo, dado que, de facto, estas organizações não tem como objetivo primário o lucro, no entanto, como foi presente na revisão da literatura, estas instituições precisam de se manter sustentáveis financeiramente, e tendo em conta que os donativos e o financiamento público não são suficientes, estas precisam de procurar outras maneiras de garantir fundos. Gerar receita própria acaba por ser uma das soluções, ainda que perante a população tal ato possa ser mal visto, podendo parecer apenas, mais uma empresa à procura do lucro. Quanto ao fator do número de colaboradores não ser considerado suficiente, este problema estará diretamente relacionado com o anterior, em que os fundos monetários não são suficientes para existir a contratação de mais trabalhadores por uma questão de orçamento.

O segundo objetivo desta dissertação centrava-se em: “perceber o impacto económico-social que as instituições do Terceiro Setor têm sobre os residentes do concelho de Arcos de Valdevez”. Aqui os resultados apontam para um impacto deveras considerável em ambas as dimensões, com altas percentagens de concordância no que diz respeito ao contributo para variáveis como a inclusão social, o

sentimento de pertença, a cooperação e a solidariedade entre a população e, ainda, não descorando o impacto que pode ter na economia, principalmente com a criação direta de emprego para os residentes. No cerne do terceiro objetivo procurava-se entender a projeção “da influência das Instituições do Terceiro Setor no desenvolvimento do concelho”. Os resultados aqui obtidos são menos conclusivos que nos dois anteriores, visto ser algo mais difícil de aferir concretamente. A geração de emprego, que é um campo onde a maioria dos respondentes reconhece o potencial do Terceiro Setor, pode ser um fator de desenvolvimento económico. A fixação de residentes no concelho daí resultante também é um aspeto a ter em conta, incentivando a que os habitantes não saiam para zonas urbanas, com mais oportunidades de emprego. E este é um facto fundamental, porque como referido anteriormente, o envelhecimento neste concelho, e em geral no Alto-Minho, atinge de momento valores críticos, que não devem ser ignorados, mas antes revertidos. Ademais, na questão da contribuição das ITS para o desenvolvimento local, grande parte concordou que tal acontecia (78%). Quando isso ocorre, quando uma localidade consegue desenvolver-se com o próprio capital social e com iniciativas locais, é algo profundamente positivo. Esse desenvolvimento cria coesão na sua população, que por sua vez, como referido no capítulo da revisão da literatura, resulta em melhor qualidade de vida para o indivíduo, e conseqüentemente, para o coletivo. Em relação ao último objetivo, este incide na captação e interpretação da “visão que a população de Arcos de Valdevez tem perante as Instituições do Terceiro Setor”. A razão para a inserção deste objetivo, deve-se ao facto de nos últimos anos saírem a público algumas notícias de casos de aproveitamento pessoal de pessoas que gerem estas organizações e que aproveitam para se enriquecer por meios ilícitos, acabando por, possivelmente, denegrir a imagem deste setor. No entanto, a imagem destas entidades perante a nossa amostra, era ainda maioritariamente positiva, com 58% a pensarem assim. Também é pertinente referir que nas respostas abertas encontrámos várias pessoas que ainda estão muito positivistas em relação ao ato de voluntariado nestas instituições, afirmando que já praticaram, que praticam, ou que pensam praticar no futuro. Observámos também, que grande parte pensa que o financiamento público que lhes é prestado não é suficiente e que este devia ser aumentado, para que estas disponham de condições para cumprir a sua missão social e capacidade para prestarem os seus serviços, ainda que existam repostas que refletem o medo do mau uso dos dinheiros públicos. Por último, quando questionados se o Terceiro Setor pode crescer em relação aos outros dois, apesar da concordância de 56% dos respondentes, verificou-se também uma grande neutralidade (39%), que demonstra que a este setor, no futuro, pode-lhe acrescer importância, num momento em que a população se encontra cada vez mais envelhecida, e em função disso, existirá uma tendência progressiva na procura pelos serviços destas organizações, em que a faixa etária mais idosa corresponde a uma

grande fatia dos seus utentes, mas também considerando as disparidades sociais que parecem não atenuar, apelando a uma maior intervenção da Economia Social no seio da nossa sociedade.

4.6. Conclusão

Apresentámos neste capítulo os dados e resultados da nossa investigação, caracterizando a amostra, e revelando as suas respostas ao questionário aplicado. Foi, também, efetuada a discussão dos mesmos, para conseguirmos tirar as principais conclusões relativamente à investigação. No próximo capítulo iremos rematar o nosso trabalho, abordando a conclusão final e olhando para o futuro, com esperança que seja possível a continuação de estudos realizados na mesma área e no mesmo âmbito do presente trabalho.

5. Conclusão Final

O nosso estudo pretendia perceber se, de facto, os residentes e antigos residentes de Arcos de Valdevez tinham a percepção que as Instituições do Terceiro Setor presentes no concelho, contribuíam para a coesão social da comunidade local. A pesquisa que realizamos revela que sim, a opinião dos respondentes é que estas organizações contribuem positivamente para vários aspetos necessários para a existência de uma sociedade mais coesa socialmente. Contudo, verificou-se que os mesmos não achavam que estas eram suficientes para fazer face a todos os problemas sociais existentes, daí que, na nossa ótica, os decisores políticos devem refletir sobre a criação de melhores condições para a constituição deste tipo de organizações e para que estas consigam manter-se sustentáveis, para assim, concretizarem a sua missão e objetivos.

Importa referir também, que de modo geral, os utentes estão satisfeitos com o funcionamento das ITS, sendo que, os aspetos onde foi revelada maior insatisfação foi nos preços praticados, e no número de colaboradores que não será o suficiente, ainda que se ache que os que lá estão, são inteiramente competentes. Relativamente ao assunto dos preços praticados, já referimos a complexidade deste assunto. Uma das resoluções possíveis, será aumentar o valor do financiamento por parte do Estado. Como foi exequível constatar nas respostas à nossa segunda questão aberta, não obstante o receio de uma minoria da nossa amostra em relação ao mau uso do dinheiro público por parte de algumas gerências, verificámos que a maioria concordava com o aumento deste valor. Consequentemente, o problema da não suficiência de colaboradores, também poderia ser solucionado, dado que, o orçamento seria maior, podendo haver a contratação de mais pessoal. Podemos, também, fazer uma interligação com a primeira pergunta aberta efetuada. Vimos que Portugal é um dos países europeus em que menos voluntariado se pratica. Se, de alguma forma, fosse possível aumentar esse número, com, por exemplo, campanhas de consciencialização ou incentivo à sua prática, seria uma mais-valia para estas organizações.

Em relação às limitações encontradas neste estudo, prendem-se essencialmente, com a amostra que foi utilizada, que pensamos não ter sido a ideal em termos de quantidade para esta representar verdadeiramente a população-alvo, e para permitir realizar generalizações. Este problema ocorreu pela dificuldade que se encontrou em obter respostas ao questionário, devido a constrangimentos que acabaram por surgir que impediu que o questionário pudesse ser aplicado pessoalmente, sendo só possível fazê-lo de modo online. Esse mesmo facto do inquérito ter sido aplicado dessa maneira, mostrou ser uma limitação, tendo em conta o quão difícil foi chegar à faixa etária mais idosa, que teria valor

superlativo neste estudo, visto serem a faixa etária mais presente nas ITS de Arcos de Valdevez. Recomendamos então, que no futuro seja possível chegar a uma maior amostra, e pensamos que, também, um estudo destes a nível nacional seria de tremenda relevância, não só para o próprio Terceiro Setor, como para toda a sociedade.

6. Bibliografia

ACIAB. (2020). *Arcos De Valdevez “Tradição e Costume”*. Consultado em 14 de janeiro de 2019, disponível em http://aciab.pt/soajo/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=18.

ALVES, M. A. (2002). *Terceiro Setor: as origens do conceito*. XXVI ENANPAD: Salvador.

Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Caderno de Estudos Africanos, nº3.

Anheier, H. K. (2005). *Nonprofit Organizations: Theory, Management, and Policy*. London and New York: Routledge.

Berger-Schmitt, R. (2000). *Social Cohesion as an Aspect of the Qualities of Societies: Concept and Measurement*. EU Reporting Working Paper No. 14. Mannheim: Centre for Survey Research and Methodology, Social Indicators Department.

Bernardino, S. (2013). *Iniciativas de Empreendedorismo Social no Terceiro Setor em Portugal: Antecedentes, Comportamentos e Desempenho Organizacionais*. Tese de Doutoramento em Gestão, Departamento de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade Portucalense, Porto.

Burns, J., Hull, G., Lefko-Everett, K., Njzela, L. (2018). *Defining social cohesion*. Cape Town: SALDRU, UCT. Working Paper Number 216.

Caeiro, J. (2008). *Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia*. Revista Katál Florianópolis, v. 11, nº1, 61 – 72.

Cases. (2015). *Cooperativa António Sérgio para a Economia Social*. Consultado em 18 de outubro de 2019, disponível em <https://www.cases.pt/#economia-portugal>.

Comissão Económica para a América Latina e Caribe. (2007). *Coesão Social: Inclusão e Sentido de Pertencer na América Latina e no Caribe*. Santiago do Chile, CEPAL.

Conselho da Europa. (2004). *A new strategy for Social Cohesion*. Consultado em 06 de janeiro de 2020, disponível em https://www.coe.int/t/dg3/socialpolicies/socialcohesiondev/source/RevisedStrategy_en.pdf.

Correia, F. (2012). *Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Fontes de Informação Sociológica. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

Cruz, S. (2015). *O empreendedorismo social em Portugal: orientações legislativas, incentivos fiscais e medidas de apoio no contexto europeu*. Dissertação de Mestrado em Direito Ciências Jurídico – Económicas, Faculdade de Direito, Universidade do Porto.

Cunha, J. & Benneworth, P. (2014). *Social entrepreneurship and social innovation: are both the same?* Proceedings of the 2nd International Conference on Project Evaluation. Guimarães, Portugal.

Dacin, P.A., Dacin, M.T. & Matear, M. (2010). *Social entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here*. Academy of Management Perspectives, pp. 37– 57.

Dalmero, M. & Vieira, K. M. (2013). *DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE ESCALAS TIPO LIKERT: O NÚMERO DE ITENS E A DISPOSIÇÃO INFLUENCIAM NOS RESULTADOS?* Revista Gestão Organizacional, Vol. 6 – Edição Especial.

Davis, T. (2019). *What Is Well-Being? Definition, Types, and Well-Being Skills*. Consultado em 27 de março de 2020, disponível em <https://psychologytoday.com/us/blog/click-here-happiness/201901/what-is-well-being-definition-types-and-well-being-skills>.

Decreto-lei n° 30/2013 de 8 de maio. *Diário da República n° 88* – Série I, Lisboa.

Dees, J. G. (1998). *The Meaning of “Social Entrepreneurship”*. Stanford University, Graduate School of Business, Stanford, California.

Direcção-Geral do Território. (2013). *Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)*. Continente.

Dunoyer, C. (1830). *Nouveau traité d'Économie Sociale*, Paris, Sautelet et Cie.

Estivill, J. (2017). *Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra – I Parte*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXXIII, pp. 19 – 45.

Etzioni, A. (1972). *“The untapped potential of the ‘Third Sector’”*. Business and Society Review.

Franco, R., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H. & Salomon, L. M. (2005). *The Portuguese Nonprofit Sector In Comparative Perspective*. Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.

Garrido, A. (2017). *DE ONDE VEM A ECONOMIA SOCIAL*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

Hill, A. & Hill, M. (1998). *A construção de um questionário*. Lisboa: Dinâmia.

Huybrechts, B. and Nicholls, A. (2012). *Social entrepreneurship: definitions, drivers and challenges*. Social Entrepreneurship and Social Business, 31-48.

INE. (2019). *Inquérito ao Trabalho Voluntário – 2018*. Consultado em 04 de novembro de 2019, disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=379956830&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

INE. (2019). *Terceira Edição da CSES: A Economia Social representou 3,0% do VAB – 2016*. Consultado em 30 de março de 2020, disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=379957751&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

INE. (2020). *Índice de envelhecimento (Nº) por local de residência (NUTS – 2002); ANUAL*. Consultado em 20 de janeiro de 2020, disponível em https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000603.

Instituto do Empreendedorismo Social. (2011). *Empreendedorismo uma escolha de futuro*. Consultado em 25 de novembro de 2019, disponível em <http://empreende.programaescolhas.pt/ver-detalhes/4d4005b3b5564/ainstituto-de-empreendedorismo-social>.

Jackson, S. J. & Harrison, G. J. (2011). *Social entrepreneurship: Concepts and implications for problem solving*. Social Entrepreneurship, pp. 1-24.

Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., Pal, D. (2015). *Likert Scale: Explored and Explained*. British Journal of Applied Science & Technology. 7. 396-403. 10.9734/BJAST/2015/14975.

Larsen, C. A. (2014). *Social cohesion: Definition, measurement and developments*. Institut for Statskundskab, Aalborg Universitet.

Lei n° 71/98 de 03 de novembro. *Diário da república n°254* – Série I-A, Lisboa.

Lucas, F. (2014). *Formas de Financiamento de Organizações sem fins lucrativos: o caso da Fundação de Serralves*. Relatório de estágio em Gestão, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa.

Marques, M. (2016). *As motivações para o voluntariado. Estudo exploratório numa amostra de estudantes do ensino superior politécnico*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Organizacional, Escola Superior de Educação de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra.

Matias, J. (2012). *Construir a Coesão Social*. Consultado em 13 de janeiro de 2020, disponível em http://sites.ecclesia.pt/caritas.pt/cr/index.php?option=com_content&view=article&id=207:construir-a-coesao-social-&catid=17:para-um-sistema-social-sustentavel&Itemid=30.

Moita, P. (2018). *Sustentabilidade das empresas de economia social*. Focus Social, Revista de Economia Social. Consultado em 24 de outubro de 2019, disponível em <https://www.focussocial.eu/opiniao.php?id=146>.

Moreira, C. (2017). *O Papel do mecenato na sustentabilidade das organizações do terceiro setor*. Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações do Terceiro Setor, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto.

Namorado, R. (2017). *O QUE É A ECONOMIA SOCIAL?* Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Oliveira, I. L. M. (2012). *ECONOMIA SOCIAL, PILAR DE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL*. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade, Instituto Politécnico do Porto.

Osborne, S. (2008). *The Third Sector in Europe: Prospects and Challenges*. Routledge, NetLibrary, Inc.
Parente, C., Lopes, A., Martinho, A., Quintão, C., Pais, C., Costa, D., Guerra, I., Ferreiro, M., Santos, M., Guerra, P., Cruz, S., Marcos, V., Diogo, V. (2014). *EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM PORTUGAL*. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Pereira, J. (2009). *Contributo para a concepção de um Balanced Scorecard num equipamento de uma organização sem fins lucrativos*. Dissertação de Mestrado em Gestão, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Poirier, Y. (2014). *Social Solidarity Economy and related concepts Origins and Definitions: An International Perspective*. Consultado em 11 de outubro de 2019, disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3293_en.html.

PORDATA. (2020). *Índice de envelhecimento segundo os Censos*. FFMS. Consultado em 21 de janeiro de 2020, disponível em <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

Quintão, C. (2004). *Terceiro Sector – Elementos para a referenciação teórica e conceptual*. V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga.

Ramos, S. (2012). *O emprego no Terceiro Setor – uma análise comparativa*. Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho, Braga.

Rapaz, T. M. L. (2015). *O terceiro setor necessita de (uma) estratégia? O caso português*. Tese de Doutoramento em Gestão Empresarial Aplicada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Santos, J. L. G., Erdmann, A. L., Meirelles, B. H. S., Lanzoni, G. M. M., Viviane P. C., Ross, R. (2017). *INTEGRAÇÃO ENTRE DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS EM UMA PESQUISA DE MÉTODOS MISTOS*. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(3), e1590016.

Schiefer, D. & Noll, J. (2017). *The Essentials of Social Cohesion: A Literature Review*. *Social Indicators Research*. 132. 10.1007/s11205-016-1314-5.

Scottish Volunteering Forum. (2015). *Why Volunteering Matters The Case for Change*. Consultado em 30 de outubro de 2019, disponível em <https://scottishvolunteeringforum.files.wordpress.com/2015/10/why-volunteering-matters-the-case-for-change.pdf>.

Serapioni, M., Ferreira, S., & Lima, T. M. (2013). *Voluntariado em Portugal: contextos, atores e práticas*. Lisboa: Fundação Eugénio de Almeida.

Silva, F. M. (2008). *Terceiro Setor e o Desafio da Sustentabilidade: aspectos políticos, técnicos, econômicos e sociais*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, P. (2013). *Empreendedorismo Social, o papel das IPSS: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas, APNOR – Associação de Politécnicos do Norte, Porto.

Sontag-Padilla, L., Staplefoote, B. & Morganti, K. G. (2012). *Financial Sustainability for Nonprofit Organizations: A Review of the Literature*. RAND Corporation, Santa Monica.

Tiago, L. (2017). *260 mil trabalhadores dedicados fazem da Economia social o 3º empregador*. Consultado em 30 de março de 2020, disponível em <https://www.dinheirovivo.pt/economia/260-mil-trabalhadores-dedicados-fazem-da-economia-social-o-3o-empregador/>.

União Europeia. (2015). *Guia para principiantes em matéria de financiamento da UE*. ISBN 978-92-79-46389-1. Luxemburgo.

Vaz, A. R. F. (2017). *Os Fundos Comunitários no Financiamento do Terceiro Sector em contexto de crise económica: estudo de caso*. Relatório de Estágio do Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira, Universidade do Minho, Braga.

Vieira, N. S., Parente C., Barbosa, A. C. Q. (2017). *“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária” : laboratório por excelência de inovação social*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 100-121.


Witkamp, M. J., Raven, R. P. J. M., & Royakkers, L. M. M. (2010). *Strategic niche management of social innovation: the case of social entrepreneurship*. ECIS working paper series, Vol. 201006. Eindhoven: Technische Universiteit Eindhoven.




World Bank. (2020). *Social Inclusion*. Consultado em 27 de março de 2020, disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/social-inclusion>.

Yunus, M. (2010). *Building social business: The new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs*. New York: Public Affairs.

7. Anexos

7.1. E-mail enviado à Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Aplicação Questionário  

 **Bruno Silva** <brunomauricio018@gmail.com> 13/02/2020, 11:46   
para egoerdeira ▾

Bom dia Dra. Emília,

Eu sou o Bruno Silva. Penso que a Liliana falou consigo relativamente à possibilidade de haver uma ajuda para a aplicação do questionário que necessito para finalizar a minha dissertação de mestrado. O objetivo seria chegar ao maior número possível de munícipes arcuenses, por isso, gostaria de saber se seria possível ajudarem-me na partilha desse questionário. Digo isto, porque me lembrei que recebo anualmente um e-mail para a avaliação da satisfação dos clientes do Município de Arcos de Valdevez, que deduzo que chegue a várias pessoas, e pensei que talvez fosse possível fazer a partilha de maneira semelhante. O que acha?







O questionário é o seguinte, e seria para partilhar por esse link : <https://forms.gle/rCjcwckjzJUKLmu8>

Agradeço desde já a atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos,

Bruno Maurício Fernandes da Silva

7.2. E-mail enviado aos alunos da UMinho

 **Bruno Maurício Fernandes da Silva**     
qua, 11/03/2020 09:15
UM Alunos ▾

Bom dia a todos!

Para finalizar a minha tese de mestrado, estou a realizar um estudo sobre o papel das Instituições do Terceiro Setor no concelho de Arcos de Valdevez, por isso, para adquirir as informações necessárias, preciso de obter respostas a um questionário. O estudo é apenas para pessoas que habitam ou habitaram em Arcos de Valdevez, por isso, apelava a todos os arcuenses que estudam ou estudaram na UMinho para ajudarem um conterrâneo.

A ajuda de cada um será essencial, daí que o teu contributo seja muito valorizado. Para poderes responder de forma confortável, é assegurado o total anonimato e confidencialidade nas respostas.

O questionário pode ser encontrado no seguinte link: <https://forms.gle/tQ5VJeFnES2aHvnk8>

Muito obrigado pela colaboração!

7.3. Partilha no Feed de Notícias do Facebook



Bruno Maurício

5 March at 19:40 · 🌐



Olá a todos! Para finalizar a minha tese de mestrado, estou a realizar um estudo sobre o papel das Instituições do Terceiro Setor no concelho de Arcos de Valdevez, por isso, para adquirir as informações necessárias, preciso de obter respostas a um questionário. A ajuda de cada um será essencial, daí que o teu contributo seja muito valorizado. Para poderes responder de forma confortável, é assegurado o total anonimato e confidencialidade nas respostas.

Pedia que respondessem apenas pessoas que residem ou já residiram em Arcos de Valdevez, que é para essas pessoas que este questionário é direcionado.

Muito obrigado pela colaboração!

papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social: aplicação ao concelho de Arcos de Valdevez

Cid participante,

questionário enquadrado numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Economia Social, realizada na Universidade de Minho, com o objetivo de perceber o papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social no concelho de Arcos de Valdevez. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado). As respostas de forma confortável, é assegurado o total anonimato e confidencialidade nas respostas. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso, as respostas e o envio de formas respondidas e enviadas a todos os questionários. A parte de envio de respostas obrigatória, sendo que o questionário de parte 2 e a parte 3 são opcionais.

para mais informações:

Dr. Márcio Fernandes de Sá
Email: brunomauricio@gmail.com

DOCS.GOOGLE.COM

O papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social: aplicação ao concelho ...

Caro(a) participante, Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Economia Social, realizada na...



7.4. Questionário

O papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social: aplicação ao concelho de Arcos de Valdevez

Caro(a) participante,

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de uma tese de Mestrado em Economia Social, realizada na Universidade do Minho, com o objetivo de perceber o papel das Instituições do Terceiro Setor na coesão social no concelho de Arcos de Valdevez. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado). Para que responda de forma confortável, é assegurado o total anonimato e confidencialidade das suas respostas. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. A maior parte do questionário é de resposta obrigatória, sendo que 5 questões da parte 2 e a parte 3 são de resposta opcional.

Obrigado pela sua colaboração,

Bruno Maurício Fernandes da Silva
Contacto: brunomauricio018@gmail.com

***Obrigatório**

Género *

- Feminino
- Masculino

Idade *

- Até 19
- 20 - 29
- 30 - 39
- 40 - 49
- 50 - 64
- >64

Grau de escolaridade *

- Sem escolaridade
- 1º Ciclo (4º ano)
- 2º Ciclo (5º e 6º ano)
- 3º Ciclo (7º a 9º ano)
- Secundário (10º a 12º ano)
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

Estado civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)
- Outro

Ocupação *

- Estudante
- Trabalhador/ Trabalhador - estudante
- Desempregado
- Reformado/ Pensionista

Rendimento mensal *

- Inferior a 635 €
- Entre 635 € e 999 €
- Entre 1000 € e 1499 €
- Entre 1500 € e 2000 €
- Mais do que 2000 €

Agregado familiar (incluindo o próprio) *

A sua resposta

Já foi, ou é, utente de uma Instituição do Terceiro Setor? *

- Sim
- Não

Teve, ou tem, algum familiar que fosse/é utente de uma Instituição do Terceiro Setor? *

- Sim
- Não

[Seguinte](#)

Parte 2 do Questionário

Nesta secção, peço que seleccione um número de 1 a 5, em que 1 corresponde a "Discordo Totalmente" e o 5 a "Concordo Totalmente". Esclareço também, que por Instituições do Terceiro Setor, me refiro a todas as Associações, Cooperativas, Fundações, Misericórdias, Mutualidades, IPSS's e ONGs.

Estou/Fiquei satisfeito(a) com os serviços prestados.

Responder apenas a esta questão, se respondeu 'sim' em alguma das duas primeiras questões.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os preços praticados foram/são adequados.

Responder apenas a esta questão, se respondeu 'sim' em alguma das duas primeiras questões.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

O número de colaboradores era/é adequado para ser prestado um serviço de qualidade aos utentes.

Responder apenas a esta questão, se respondeu 'sim' em alguma das duas primeiras questões.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os colaboradores eram/são competentes nas suas funções.

Responder apenas a esta questão, se respondeu 'sim' em alguma das duas primeiras questões.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As instalações estavam/estão bem adequadas para ser prestado um serviço de qualidade.

Responder apenas a esta questão, se respondeu 'sim' em alguma das duas primeiras questões.

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais na contribuição para o desenvolvimento local do concelho de Arcos de Valdevez. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que a presença de Instituições do Terceiro Setor no concelho de Arcos de Valdevez contribuem para uma maior cooperação e solidariedade entre a população residente. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais no processo de inclusão social. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que as Instituições do Terceiro Setor contribuem para um maior sentimento de pertença de toda a comunidade. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são essenciais para o bem-estar geral da população. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que as Instituições do Terceiro Setor são importantes na geração de emprego para a população de Arcos de Valdevez. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que a presença destas Instituições do Terceiro Setor ajudam a fixar residentes no concelho. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que a presença das Instituições do Terceiro Setor contribuem para o crescimento da economia do concelho de Arcos de Valdevez. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acho que a imagem destas instituições perante a população é positiva. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Acredito que o Terceiro Setor pode crescer ainda mais no futuro, em relação ao Segundo Setor (Privado/Mercado) e ao Primeiro Setor (Público/Estado). *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Na sua opinião, atualmente, existem Instituições do Terceiro Setor suficientes para fazer face aos problemas sociais da população de Arcos de Valdevez? *

Sim

Não

Parte 3 - Perguntas abertas

As respostas a estas questões são opcionais, no entanto, a sua contribuição e opinião será imensamente valorizada.

Para muitas destas Instituições do Terceiro Setor, o voluntariado é essencial para a sua sustentabilidade e para terem capacidade para prestarem um melhor serviço à população. Já fez ou pensou fazer voluntariado numa destas instituições? Porquê?

A sua resposta

Em Portugal, muitas destas Instituições têm dificuldades em termos de sustentabilidade financeira, o que pode comprometer a sua missão social. Acha que o Estado devia aumentar o financiamento que faz a estas instituições? Porquê?

A sua resposta

Submeter